

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

PRODUTO 1 – LEITURA DA REALIDADE
MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS - SC



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

www.liderengenharia.eng.br
contato@liderengenharia.eng.br



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS - SC

PRODUTO 1 – LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL

EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA-ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS - SC

**OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL**



EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA



EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI – ME

CNPJ: 23.146.943/0001-22

Av. Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 806.

CEP 14020-000 – Ribeirão Preto/ SP

www.liderengenharia.eng.br



EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA – SC 99639-2

Osmani Vicente Jr.

Arquiteto e Urbanista
CAU A23196-7
Especialista em Gestão Ambiental para
Municípios

Juliano Mauricio da Silva

Engenheiro Civil
CREA/PR 117165-D

Roney Felipe Moratto

Geógrafo
CREA /PR 149.021/D

Bruno Negri

Economista
CORECON 3336

Daniel Ferreira de Castro Furtado

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 118987-6

Paulo Guilherme Fuchs

Administrador
CRA/SC 21705

Larissa de Souza Correia

Engenheira Cartógrafa
CREA/PR 119410/D

Lara Ricardo da Silva Pereira

Arquiteta e Urbanista
CAU: 177264-3

Paula Evaristo dos Reis de Barros

Advogada
OAB/MG 107.935

Carolina Bavia Ferruccio Bandolin

Assistente Social
GRESS/PR 10.952

Juliano Yamada Rovigati

Geólogo
CREA/PR 109.137/D

Daniel Mazzini Ferreira Vianna

Arquiteto e Urbanista
CAU 89.230-0

Willian de Melo Machado

Analista de Sistemas



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Carlos S. Thiago de Carvalho

Engº Civil - CREA/SC 19.136-6

(Coordenador)

Toni Vidal Jochem

Servidor Público

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Aujor Hilleshein

Servidor Público

Controlador Interno

Juarez Alexandre Kuhnen

Servidor Público

Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	14
1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	16
1.1. ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS	19
1.1.1. <i>Clima e Temperatura</i>	19
1.1.2. <i>Precipitação Pluviométrica</i>	19
1.1.3. <i>Geologia e Geomorfologia</i>	19
1.1.4. <i>Recursos Hídricos</i>	21
1.2. ASPECTOS TERRITORIAIS	21
1.2.1. <i>Dinâmica Demográfica</i>	23
1.2.2. <i>Localidades e Vilas Rurais</i>	27
1.2.3. <i>Evolução da Ocupação do Solo</i>	28
1.2.4. <i>Macrozoneamento</i>	31
1.2.5. <i>Zoneamento e Áreas Especiais</i>	33
1.2.6. <i>Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e Áreas Verdes Significativas</i>	36
1.2.7. <i>Arborização e Áreas Verdes</i>	37
1.3. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	38
1.3.1. <i>Saneamento Básico</i>	39
1.3.1.1. <i>Abastecimento de Água</i>	39
1.3.1.2. <i>Esgotamento Sanitário</i>	40
1.3.1.3. <i>Resíduos Sólidos</i>	41
1.3.1.4. <i>Drenagem Pluvial Urbana</i>	41
1.3.2. <i>Iluminação Pública e Energia Elétrica</i>	42
1.3.3. <i>Saúde</i>	42
1.3.4. <i>Educação</i>	46
1.3.5. <i>Cultura</i>	55
1.3.6. <i>Turismo</i>	57
1.3.7. <i>Assistência Social</i>	62
1.3.8. <i>Cemitérios</i>	63
1.3.9. <i>Segurança Pública e Justiça</i>	63
1.3.10. <i>Mobilidade Urbana</i>	64
1.3.10.1. <i>Sistema Viário</i>	64
1.3.10.2. <i>Transportes</i>	65
1.4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	66
1.4.1. <i>Atividades Econômicas</i>	66
1.4.1.1. <i>Setor Primário</i>	66



1.4.1.2	Setor Secundário	68
1.4.1.3	Setor Terciário.....	68
1.4.2	<i>Indicadores Sociais e Econômicos</i>	69
1.5	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	71
1.5.1	<i>Capacidade de Investimento do Município</i>	71
1.5.1.1	Receitas Financeiras.....	72
1.5.1.2	Despesas Financeiras.....	77
1.5.1.3	Despesas por Função	78
1.5.1.4	Indicadores Finanças Públicas	80
1.5.1.5	Capacidade de Investimento do Município	83
1.5.2	<i>Institucional</i>	85
1.5.2.1	Planejamento	86
2	LEITURA COMUNITÁRIA E SETORIAL.....	87
3	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE	91
3.1.	REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO	91
3.2.	1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA (LEITURA COMUNITÁRIA)	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, SC.....	16
FIGURA 2 – PORTAL DE ÁGUAS MORNAS LOCALIZADO NA ENTRADA DO MUNICÍPIO.....	17
FIGURA 3 – ENTRADA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, SC.....	17
FIGURA 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS/SC.....	18
FIGURA 5 – MAPA DE EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO DE ÁGUAS MORNAS/SC.....	30
FIGURA 6 – MACROZONEAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS/SC.....	32
FIGURA 7 – MAPA DE ZONEAMENTO EM ÁGUAS MORNAS/SC.....	34
FIGURA 8 – DISTÂNCIAS RESPEITADAS EM APP, SEGUNDO NOVO CÓDIGO FLORESTAL.....	36
FIGURA 9 – UNIDADE DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS - CENTRAL.....	43
FIGURA 10 – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DA FIGUEIRA.....	43
FIGURA 11 – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DA FIGUEIRA.....	43
FIGURA 12 – SAMU DE ÁGUAS MORNAS.....	46
FIGURA 13 – MAPA DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS/SC.....	49
FIGURA 14 – CASA DA CULTURA E TURISMO EM ÁGUAS MORNAS/SC.....	58
FIGURA 15 – CACHOEIRA DA RESSURREIÇÃO.....	60
FIGURA 16 – CACHOEIRA DO RIO SALTO.....	60
FIGURA 17 – SALTO WASSERPLATZ.....	60
FIGURA 18 – IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.....	61
FIGURA 19 – PRAÇA JOSÉ ADÃO LEHMKUHL.....	61
FIGURA 20 – PRAÇA JOSÉ ADÃO LEHMKUHL.....	61
FIGURA 21 – POLÍCIA MILITAR.....	63
FIGURA 22 – PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS.....	65
FIGURA 23 – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ÁGUAS MORNAS.....	68
FIGURA 24 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS.....	85
FIGURA 25 – CÂMARA DE VEREADORES DE ÁGUAS MORNAS.....	85
FIGURA 26 – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO.....	91
FIGURA 27 – FOTO DA 1ª REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO.....	91



FIGURA 28 – CÓPIA DOS SLIDES UTILIZADOS NA 1ª REUNIÃO TÉCNICA.....	92
FIGURA 29 – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	97
FIGURA 30 – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	97
FIGURA 31 – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	98
FIGURA 32 – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	98
FIGURA 33 – LISTA DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	99
FIGURA 34 – FOTO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	99
FIGURA 35 – FOTO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	100
FIGURA 36 – FOTO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	100
FIGURA 37 – FOTO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	101
FIGURA 38 – FOTO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	101
FIGURA 39 – CÓPIA DOS SLIDES UTILIZADOS NA APRESENTAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	102



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL URBANA E RURAL DE ÁGUAS MORNAS/PR – 1970 A 2010.....	23
GRÁFICO 2 – AJUSTAMENTO DE CURVAS DE PROJEÇÃO POPULACIONAL PELO MÉTODO ARITMÉTICO.....	26
GRÁFICO 3 – FLUXO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA EM ÁGUAS MORNAS/SC. (1991-2010).	51
GRÁFICO 4 – GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA DE ÁGUAS MORNAS/SC (1991-2010).....	54
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO IDHM EM ÁGUAS MORNAS/SC.	71



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TEMPERATURA MÉDIA E MÍNIMA AO LONGO DO ANO EM ÁGUAS MORNAS/SC.....	19
TABELA 2 – CLASSES DE DECLIVIDADE COM INDICAÇÕES GERAIS DA ADEQUABILIDADE E RESTRIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO.	20
TABELA 3 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE 1970 A 2010 EM ÁGUAS MORNAS/SC.	23
TABELA 4 – PREVISÃO DA POPULAÇÃO DE ÁGUAS MORNAS/SC.....	27
TABELA 5 – SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DESEJADAS NO PLANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEGUNDO GOUVÊA (2008).....	39
TABELA 6 – DADOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO ÁGUA - SNIS - 2005, 2010 E 2015 E 2017.....	40
TABELA 7 – EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO EM ÁGUAS MORNAS/SC.	42
TABELA 8 – QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS/SC.....	45
TABELA 9 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM ÁGUAS MORNAS/SC.	47
TABELA 10 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	52
TABELA 11 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL ANTÔNIO LEHMKUHL.....	52
TABELA 12 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CONSELHEIRO MANOEL PHILIPPI.....	52
TABELA 13 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA CRUZ DA FIGUEIRA.....	53
TABELA 14 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA ISABEL.....	53
TABELA 15 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ LOFFI.....	53
TABELA 16 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL FAZENDA RESSURREIÇÃO.....	53
TABELA 17 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES, ÁGUAS MORNAS/SC, 2010.....	70
TABELA 18 – RECEITA MUNICIPAL (VALORES R\$) - 2016.....	73
TABELA 19 – RECEITA TOTAL LÍQUIDA (VALORES EM R\$) - 2016.....	73
TABELA 20 – REPASSES DE RECEITAS FEDERAIS - 2016 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS.....	75



TABELA 21 – REPASSES DE RECEITAS ESTADUAIS - 2016 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS	76
TABELA 22 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE, 2016 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS E RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO (%).....	76
TABELA 23 – RECEITAS PRÓPRIAS E TRIBUTÁRIAS - 2016 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS.	77
TABELA 24 – RECEITA TRIBUTÁRIA X RECEITA CORRENTE (VALORES EM R\$) - 2016.	77
TABELA 25 – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL EM RELAÇÃO À DESPESA ORÇAMENTÁRIA, 2016 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS.	78
TABELA 26 – GASTOS COM PESSOAL X RECEITAS E DESPESAS TOTAIS - 2016.	78
TABELA 27 – DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2016.	79
TABELA 28 – DESPESA E RECEITA (VALORES EM R\$) - 2016.	80
TABELA 29 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA (VALORES EM R\$) - 2016.	81
TABELA 30 – INDICADOR DE FINANCIAMENTOS DOS GASTOS (VALORES EM R\$) - 2016.	81
TABELA 31 – INDICADOR DE POUPANÇA (VALORES EM R\$) - 2016.	82
TABELA 32 – TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA CORRENTE (VALORES EM R\$) - 2016.	82
TABELA 33 – RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS DE 2014 A 2018.....	84
TABELA 34 – APONTAMENTOS DOS GRUPOS PRESENTES EM AUDIÊNCIA PÚBLICA POR ASSUNTO.	87



APRESENTAÇÃO

A presente Leitura da Realidade Municipal é apresentada ao Poder Executivo, Poder Legislativo, à Equipe Técnica Municipal e à Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo (PDP), com o objetivo principal de apresentar a leitura técnica, comunitária e setorial sobre a realidade do município, que servirá de subsídio à definição dos principais eixos estratégicos que nortearão a construção do PDP.

Faz parte deste diagnóstico a análise individualizada de cada informação levantada, sua inter-relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais.

A partir do exposto, o documento está estruturado da seguinte forma:

Caracterização do Município – apresenta uma breve contextualização regional, aspectos físico-ambientais, territoriais, infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, aspectos socioeconômicos e institucionais, bem como a elaboração de estudos, gráficos, mapas, diagramas e tabelas;

Leitura da realidade municipal – consiste na combinação da leitura técnica e comunitária e setorial, que apresenta as principais questões apuradas no município relevantes para a revisão do Plano, aplicando-se metodologia apropriada. A leitura técnica consiste no conjunto de informações técnicas e legais, estruturadas na forma de condicionantes, por meio da análise das informações levantadas sobre o Município, da legislação vigente aplicável e de referências em potencial. A leitura comunitária e setorial consiste na percepção da sociedade sobre o Município, estruturada na forma de questões prioritárias, por meio do levantamento de informações junto à população, movimentos e entidades dos vários setores da sociedade civil.

Para tanto, foram levantados, avaliados e, quando possível espacializados em mapas, os dados primários (levantamento in loco e aqueles disponibilizados pela Prefeitura Municipal por meio dos questionários aplicados em cada secretaria municipal ou setor responsável) com a colaboração da Equipe Técnica Municipal, Equipe de Coordenação e colaboradores da Prefeitura Municipal, e secundários (órgãos e entidades oficiais, tais como IBGE, SNIS, entre outros) correspondentes, conforme o Termo de Referência.



INTRODUÇÃO

Em 10 de julho de 2001 foi aprovada no Congresso Nacional, após 10 anos de tramitação, a Lei Federal nº 10.257 (Estatuto da Cidade). Esta lei regulamentou o capítulo de política urbana da Constituição Federal, passando a vigorar a partir do dia 10 de outubro de 2001.

A aprovação do Estatuto da Cidade assegurou aos brasileiros o direito às cidades sustentáveis, traduzido na lei como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações. Para tanto, torna-se necessário que os municípios apliquem os instrumentos de política urbana por meio da execução ou revisão dos seus Planos Diretores Municipais. Além disso, a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) trouxe para os municípios a tarefa de implementar um sistema de atuação na questão urbana, norteado pelo princípio da gestão democrática.

A vocação democrática e as grandes conquistas contidas no Estatuto da Cidade valorizaram o planejamento para a ação pública e somente se efetivarão na medida em que fizerem parte do cotidiano das práticas administrativas. Desta forma, o planejamento municipal além de contar com a permanente participação da sociedade, deverá buscar o aperfeiçoamento e a valorização da capacidade técnico-administrativa das prefeituras. Para a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), a construção de um planejamento integrado e integrador, terão como referência o Plano Diretor Participativo.

Portanto, este documento consiste na análise da realidade municipal e do planejamento urbanístico vigente, com a finalidade de propor soluções para o crescimento ordenado do perímetro urbano, considerando-se os impactos ambientais e urbanísticos locais e no seu entorno, sem deixar de considerar os reflexos sociais e econômicos.

Foram considerados dentre os aspectos urbanísticos, o impacto no sistema viário do local, a demanda atual e futura, necessárias ao atendimento de equipamentos sociais, de educação, saúde, esportes, cultura e lazer, disponibilidade de atendimento das redes de água e esgoto, capacidade de afastamento e tratamento de esgoto, coleta e solução para a disposição adequada dos resíduos sólidos, avaliação da rede atual de transporte público e do incremento futuro necessário, rede



de energia elétrica, estudos com base em pesquisa histórica de incremento populacional no município, temporalização da implantação das infraestruturas necessárias criando um projeto-cronograma de ações, entre outros fatores que possam ser contemplados.

Foi considerado todo o arcabouço legal vigente para adequação dos projetos e propostas, com vistas a mitigar os impactos e compensar quaisquer danos que possam ser causados na região, viabilizando um planejamento com bases sólidas, fundamentado em diagnósticos sócio-econômico-ambientais realizados com metodologias consagradas, criando assim um ambiente saudável e seguro que viabilize o bem-estar da população, favorecendo a qualidade nas atividades sociais e econômicas da região e conseqüentemente servindo de modelo de planejamento urbano setorial para o município.

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Águas Mornas situa-se no estado de Santa Catarina, em uma altitude média de 70 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas de Latitude 27°41'38" Sul e Longitude 48°49'25" Oeste de Greenwich, com área territorial de 327,358km², segundo o IBGE, fazendo limite com os municípios de Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara.

Figura 1 – Vista aérea do município de Águas Mornas, SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

O Município está inserido na Vertente do Atlântico, que abrange toda a porção leste do Estado de Santa Catarina até a Serra Geral. Sua altitude média é de 661 metros, com pontos que alcançam 1.266 metros, na Serra do Tabuleiro.

Seu território é cortado no sentido Leste-Oeste pela Rodovia Federal BR 282, importante via de acesso ao Município, aproximando-o de Florianópolis, Capital do Estado, que fica a 36 km de distância, e servindo como acesso à Serra e ao Oeste Catarinense. A Rodovia Estadual SC-435 também passa pelo Município, ligando-o a São Bonifácio.

O Município foi criado na data de 19 de dezembro de 1961 através da Lei Estadual nº 790/61, tendo sido desmembrado de Santo Amaro da Imperatriz. Sua instalação ocorreu na data de 29 de dezembro do mesmo ano.

Figura 2 – Portal de Águas Mornas localizado na entrada do município.



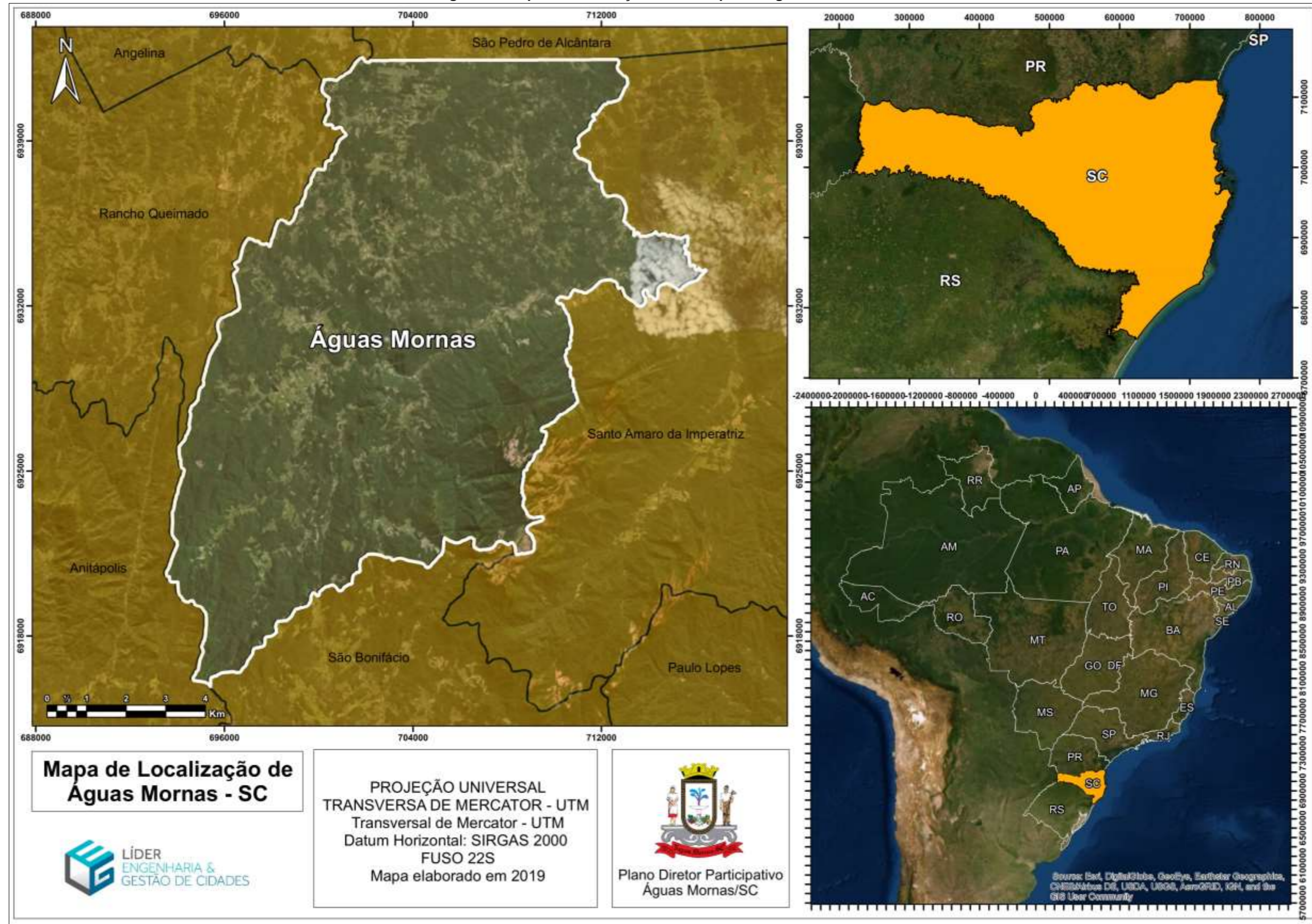
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 3 – Entrada do Município de Águas Mornas, SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 4 – Mapa de Localização do Município de Águas Mornas/SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

1.1. ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

1.1.1. Clima e Temperatura

O município de Águas Mornas possui clima subtropical mesotérmico úmido, sem estação de seca, com verões quentes, apresentando temperatura média anual de 18,7°C; mínima de 8°C; e máxima de 36°C.

Tabela 1 – Temperatura média e mínima ao longo do ano em Águas Mornas/SC.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Temperatura média (°C)	24.2	23.9	22.5	20.3	17.3	15.7	15.6	16.6	17.8	19.5	21.6	22.2
Temperatura mínima (°C)	20.4	20.2	18.8	16.4	13.5	12	11.8	12.9	14.5	16.2	18.1	18.4
Temperatura máxima (°C)	28	27.6	26.2	24.2	21.2	19.5	19.5	20.3	21.2	22.9	25.1	26
Chuva (mm)	221	193	159	100	84	87	76	95	131	132	120	133

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/santa-catarina/aguas-mornas-313373/>, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2019.

** 145 mm é a diferença de precipitação entre o mês mais seco e o mês mais chuvoso. As temperaturas médias têm uma variação de 8.6 °C durante o ano.

1.1.2. Precipitação Pluviométrica

O município de Águas Mornas possui uma pluviosidade média significativa ao longo do ano, atingindo 1.531mm. Mesmo nos meses mais secos ainda assim possui um alto índice de pluviosidade. Os meses mais chuvosos são março, setembro e outubro, podendo também ocorrer geadas durante os meses de junho, julho e agosto.

1.1.3. Geologia e Geomorfologia

As feições geomorfológicas ocorrentes no Município de Águas Mornas caracterizam-se pelas Serras do Leste Catarinense que se estendem na direção Norte-Sul, de Joinville a Laguna. Sua principal característica é a sequência de serras dispostas de forma subparalela, na direção NE –SW, que se apresentam mais baixas em direção ao litoral, onde terminam em pontais, ilhas e penínsulas. As maiores altitudes desta feição encontram-se na Serra do Tabuleiro, ultrapassando 1.200m em alguns pontos. (Fonte: ZOTZ, Werner; KAISER, Jaksam. Atlas de Santa Catarina. 2008)

A declividade de um terreno condiciona fatores importantes como o escoamento superficial e infiltração da água, erodibilidade dos terrenos, estabilidade de encostas e taludes, dentre outros. Por outro lado, controla diretamente a instalação de sistemas de escoamento que exigem no mínimo 0,5 % de declividade tais como redes de esgoto e canalizações pluviais. O limite de 10 % é o máximo para arruamentos e estradas. As áreas com declividade muito alta (>30%) são consideradas inaptas à ocupação urbana, face aos inúmeros problemas que apresentam.

Quanto ao declive do município, a tabela a seguir relaciona as classes de declividades com indicações gerais da adequabilidade e restrições para o planejamento.

Tabela 2 – Classes de declividade com indicações gerais da adequabilidade e restrições para o planejamento.

Intervalos	Inclinações	Indicações para o planejamento
0 – 5%	2°51'	Áreas com muito baixa declividade. Restrições à ocupação por dificuldades no escoamento de águas superficiais e subterrâneas
5 – 10%	2°51' – 5°42'	Áreas com baixa declividade. Dificuldades na instalação de infraestrutura subterrânea como redes de esgoto e canalizações pluviais
10 – 20%	5°42' – 11°18'	Áreas com média declividade. Aptas à ocupação considerando-se as demais restrições como: espessura dos solos, profundidade do lençol freático, susceptibilidade a processos erosivos, adequabilidade a construções, etc.
20 – 30%	11°18' – 18°26'	Áreas com alta declividade. Restrições à ocupação sem critérios técnicos para arruamentos e implantação de infraestrutura em loteamentos
> 30%	> 18°26'	Áreas com muito alta declividade. Inaptas à ocupação face aos inúmeros problemas apresentados.

Fonte: Embrapa, trabalhado pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2019.



1.1.4. Recursos Hídricos

Define-se bacia hidrográfica como o conjunto de terras banhadas por um rio e seus afluentes, de forma que toda vazão seja descarregada através de um curso principal, limitada perifericamente por uma unidade topográfica mais elevada, denominada divisor de águas.

Os principais rios que cortam o município são: o Rio Cubatão do Sul e o Rio Forquilhas ou Caldas do Norte, que sustentam a Bacia do Rio Cubatão do Sul. Seus rios secundários são: Rio Salto, Novo, Engano, Miguel, dos Porcos, dos Bugres, Vermelho, Gaspar, das Embiras.

O Rio Cubatão é um dos rios que integra o sistema de abastecimento de alguns municípios da Região da Grande Florianópolis. (Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José e Florianópolis). Apesar de sua importância para o abastecimento da região, é o rio do município mais atingido pela poluição produzida pela zona rural e urbana.

O número de microbacias confirma que o município é rico em recursos hídricos: rios, canais e córregos. Isso demonstra o potencial hídrico do município, mas também as restrições ambientais a que está sujeito.

1.2. ASPECTOS TERRITORIAIS

A Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001), conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Um dos instrumentos mais relevantes previstos é o Plano Diretor, com o propósito de estruturar o planejamento do território municipal como um todo.

De forma complementar, o Ministério das Cidades e o Conselho Federal de Engenharia, Agricultura e Agronomia (CONFEA), apontam questões relevantes que devem ser consideradas na execução de planos diretores municipais, em especial na regulação do uso e ocupação do solo (BRASIL, 2004), uma vez que a regulamentação do uso e ocupação do solo de um território pode ser considerado como a consolidação das relações socioeconômicas vigentes, relacionadas às condicionantes ambientais, infra estruturais e legais.



Em virtude do Estatuto da Cidade, por conta das limitações dos instrumentos tradicionais de regulação do uso e ocupação do solo, tem surgido recentemente uma nova abordagem de regulamentação para tal, apresentando, segundo Vaz (2006), algumas características centrais:

O rompimento da visão tradicional da cidade fragmentada em zonas especializadas, segundo a qual para cada área são definidos usos claramente diferenciados. Esse conceito é substituído pela concepção da cidade como espaço de prática da cidadania e convívio social. Concretamente, isso significa adotar uma regulamentação do espaço urbano mais flexível, com a legislação acompanhando a dinâmica de transformação contínua do espaço urbano, com ênfase na abordagem de policentralidades e mistura de usos;

A desregulamentação e a simplificação da legislação, as quais visam construir instrumentos mais simples de controle do uso e ocupação do solo. A essência dessa nova instrumentalização fundamenta-se nas ideias de que a legislação deve explicitar seus objetivos e de que o acesso à terra urbana seja democratizado. Nesse sentido, visa-se remover o excesso de regulamentação, sobretudo quanto às normas de construção;

A incorporação de mecanismos de apropriação social dos benefícios da urbanização que assegurem a manutenção dos direitos coletivos e o interesse da cidade, ao mesmo tempo em que se abandona o excesso de regulamentação. Isso significa instrumentalizar a regulação de forma que o particular assumam os ônus dos impactos gerados pelo empreendimento. Tais instrumentos evidenciam-se, por exemplo, na cobrança pelo direito de construir área adicional à do terreno, como compensação à sobrecarga gerada pelo empreendimento sobre a infraestrutura urbana, na responsabilização do empreendedor pela resolução de impactos negativos gerados pelo empreendimento e na definição de áreas passíveis ou não de adensamento, tendo em vista o incremento da eficiência do uso da infraestrutura urbana.

Para entender o uso e ocupação atual e entender a possível dinâmica populacional futura é necessário compreender a evolução da taxa populacional e a distribuição da população no território, além disso, é necessário revisar os instrumentos utilizados para o ordenamento do uso e ocupação do solo, como o zoneamento e macrozoneamento que são os instrumentos para organização do uso e ocupação do território tanto da área urbana quanto da rural.

1.2.1. Dinâmica Demográfica

Segundo o último Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo IBGE, a população local contabilizava 5.548 habitantes, estimada para o ano de 2019 em 6.469 habitantes.

Dentre as 5548 pessoas residindo no território municipal de Águas Mornas em 2010, haviam 2327 na área urbana e 3221 residentes na área rural, portanto 58,05% da população vivia a área rural e 41,94% na área urbana, conforme dados dispostos na tabela a seguir.

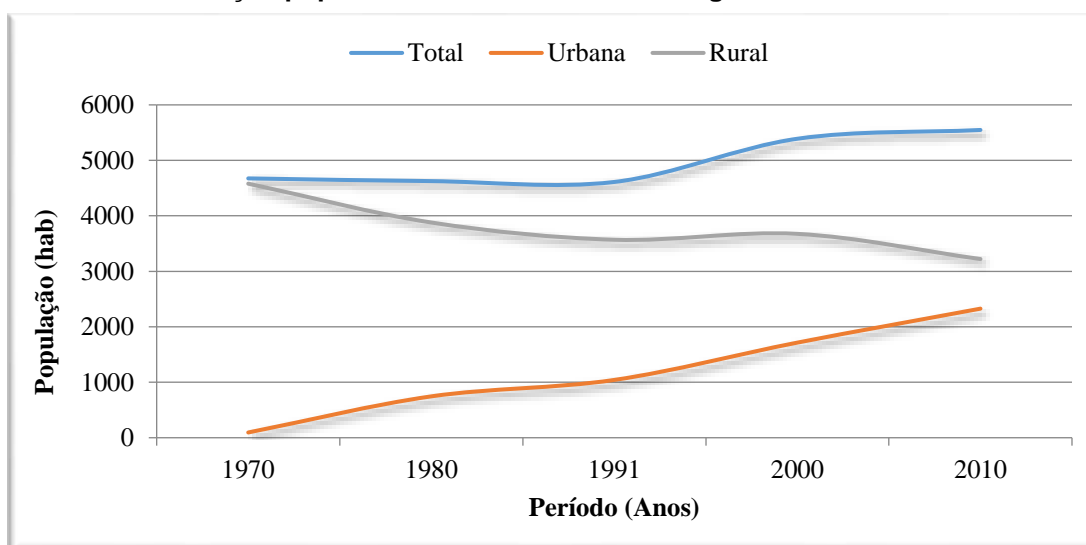
Tabela 3 – Evolução populacional de 1970 a 2010 em Águas Mornas/SC.

Situação do domicílio	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	4675	4626	4611	5390	5548
Urbana	95	746	1042	1715	2327
Rural	4580	3880	3569	3675	3221

Fonte: IBGE, 2019.

No gráfico a seguir demonstram-se as curvas de evolução populacional em Águas Mornas, e fica evidente a curva negativa do crescimento populacional na área rural, enquanto a curva ascendente para a população urbana, o que exprime a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria e manutenção das estruturas urbanas municipais.

Gráfico 1 – Evolução populacional urbana e Rural de Águas Mornas/SC – 1970 a 2010



Fonte: IBGE, 2019, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades.



A utilização da estatística nos diversos ramos de atuação é cada vez mais acentuada, independentemente de qual seja a atividade profissional. Um estudo estatístico é uma metodologia desenvolvida para o tratamento de dados coletados, objetivando a classificação, a apresentação, a análise e a interpretação desses dados quantitativos e sua utilização para a tomada de uma decisão.

Em estudos de projeções populacionais o analista se defronta com a situação de dispor de tantos dados que se torna difícil captar intuitivamente todas as informações que os dados contêm. Assim sendo, é necessário reduzir a quantidade de informações até o ponto em que se possa interpretá-las mais claramente.

Através do uso de certas medidas-sínteses, mais comumente conhecidas como estatísticas, um estudo de projeção populacional pode se resumir a um número, que sozinho descreve uma característica de crescimento da população de um dado local.

Evidentemente, ao resumir um conjunto de dados, através do uso de estatísticas, muitas informações fatalmente irão se perder existindo, também, a possibilidade da obtenção de resultados distorcidos com o uso indiscriminado do resultado. Portanto, é necessária muita precaução, quando da análise dos resultados.

Através dos levantamentos censitários realizados pelo IBGE, referentes às décadas de 1990, 2000 e 2010 é possível compreender a dinâmica populacional do município, dessa maneira, avalia-se o crescimento populacional e suas respectivas taxas de crescimento.

Por meio das taxas anuais de crescimento populacional estima-se a curva que determina a evolução populacional no município, durante o período entre 1970 e 2010.

O crescimento populacional futuro é determinado através de outras curvas, que são geradas através das funções linear, polinomial, logarítmica, exponencial e potencial. Essa representa a linha de tendência de crescimento populacional, baseado na série histórica do IBGE.

O método dos mínimos quadrados é utilizado para averiguar o grau de correlação entre a curva determinada através da série histórica e a linha de tendência, sendo que o maior coeficiente de determinação (R^2) é o adotado (mais próximo de 1). Dessa maneira, pode-se verificar qual das funções gera a curva de tendência mais próxima do crescimento populacional ocorrido no passado.

Em paralelo, são realizados os cálculos das populações futuras utilizando a série histórica do Censo (1991 a 2010) pelos métodos aritmético, geométrico, previsão



e crescimento. Sendo assim, torna-se possível gerar as taxas de crescimento através de cada método, que são comparadas estatisticamente com as taxas de crescimento calculadas através da função cujo coeficiente de determinação (R^2) mais se aproximou de 1.

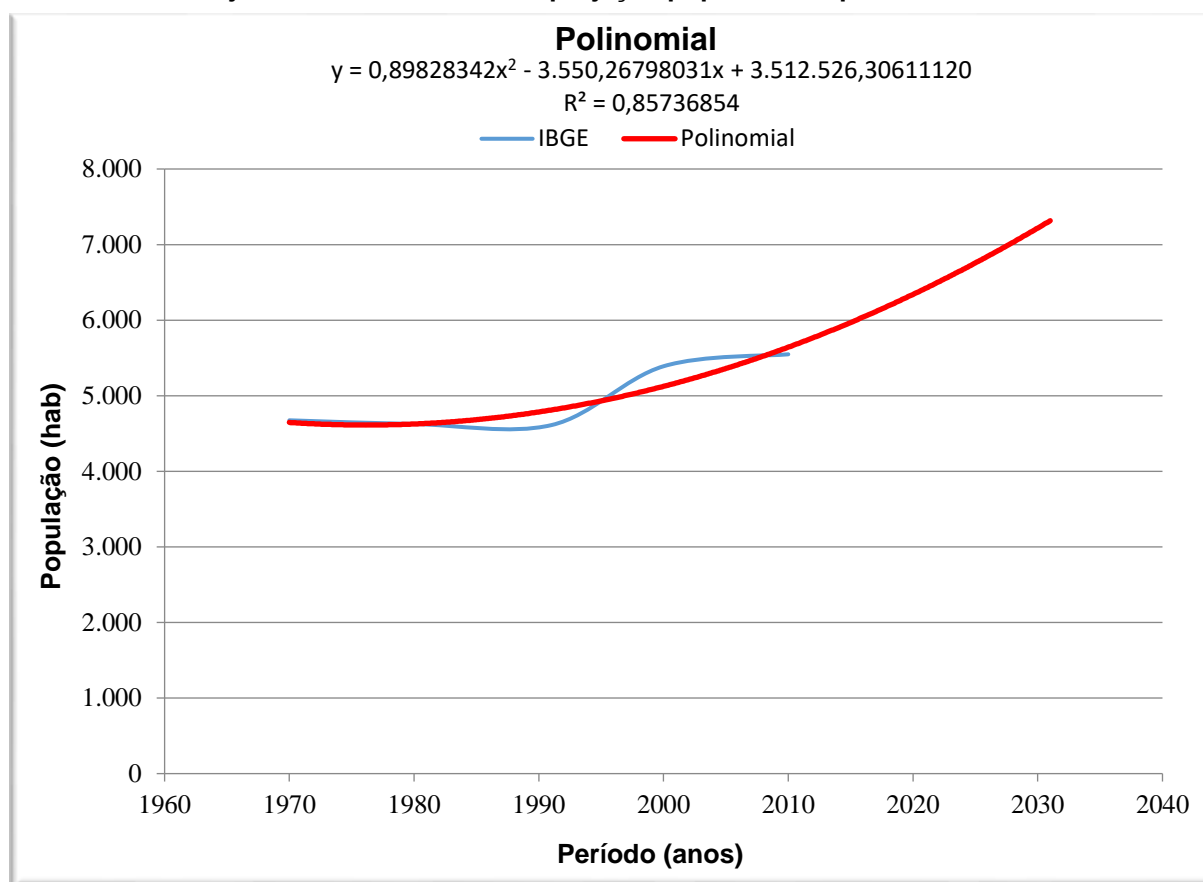
Deste modo, pode-se aferir qual o método (aritmético, geométrico, previsão ou crescimento) que gera a menor diferença em relação à linha de tendência, sendo este método o escolhido para adotar as taxas de crescimento da projeção populacional.

Nas projeções através dos métodos aritmético e geométrico são feitos os cálculos utilizando sempre dois Censos como base, podendo ser de 1991 e 2010 e de 2000 e 2010. Já nos métodos previsão e crescimento, são utilizados os períodos entre os censos, podendo ser de 1991 a 2010, e de 2000 a 2010. Portanto, para cada método são feitas duas projeções, as quais são comparadas à linha de tendência cujo R^2 mais se aproxima de 1 para escolher as taxas de crescimento que serão adotadas no plano.

A primeira taxa de crescimento adotada refere-se a taxa de crescimento anual dos períodos censitários de 2000 a 2010 ou então de 1991 a 2010, sendo que é escolhida a taxa que mais se aproxima daquelas que foram calculadas através dos métodos supracitados. A população a partir de 2011 é inferida aplicando-se as taxas de crescimento calculadas através da metodologia explicada.

Após a avaliação dos critérios citados conclui-se que o ajustamento de curvas pela função polinomial é o que mais se adequa ao perfil do histórico censitário do município em questão, cujo valor do coeficiente de determinação é $R^2= 0,85736854$, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Ajustamento de curvas de projeção populacional pelo método aritmético.



Fonte: IBGE, organizado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2019.

Assim sendo, as projeções populacionais estimadas para o período de abrangência do presente planejamento se apresentam na tabela a seguir, considerando as taxas aferidas pelo método previsão, calculado através dos Censos de 1991 e 2010, sendo o que mais se adéqua ao coeficiente de determinação (R^2).



Tabela 4 – Previsão da População de Águas Mornas/SC.

Ano	População	Crescimento anual (%)
2011	5.704	1,11
2012	5.768	1,13
2013	5.833	1,15
2014	5.900	1,17
2015	5.969	1,18
2016	6.040	1,20
2017	6.112	1,22
2018	6.187	1,23
2019	6.263	1,24
2020	6.341	1,26
2021	6.420	1,27
2022	6.502	1,28
2023	6.585	1,29
2024	6.670	1,30
2025	6.757	1,31
2026	6.846	1,32
2027	6.936	1,33
2028	7.029	1,34
2029	7.123	1,35
2030	7.218	1,35
2031	7.316	1,36
2032	7.416	1,37
2033	7.517	1,37
2034	7.620	1,38
2035	7.725	1,38
2036	7.831	1,38
2037	7.940	1,39
2038	8.050	1,39
2039	8.162	

Fonte: IBGE, organizado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2019.

Fica evidente que a população tem procurado cada vez mais as áreas urbanas para habitarem, em busca de postos de trabalho, melhores condições de moradia e prestação de serviços, entende-se que essas devem estar preparadas para o contingente futuro, através da análise dos dados históricos e a previsão de crescimento da população urbana foi possível verificar que o crescimento populacional urbano foi e será positivo ao longo da próxima década.

1.2.2 Localidades e Vilas Rurais

Grande proporção do território do município de Águas Mornas é classificada como área rural, apresentando localidades rurais bem dispersas, algumas delas formadas por um pequeno aglomerado de residências formado por vilas.



Há um assentamento agrário com um total de 8 famílias que residem atualmente, porém estão em fase de regularização.

As áreas que apresentam maior fertilidade do município, por regra, são as que margeiam os rios e as áreas planas, o que facilita nas atividades agrícolas.

Atualmente, o hectare possui um valor em torno de R\$40.000,00 a R\$60.000,00. As regiões onde as terras são mais baratas são mais distantes do município ou de acesso mais restrito, além de terrenos com muita mata que inviabilizam a exploração agrícola, relevos fortes e ondulados.

Os produtores rurais reivindicam cuidado com as estradas rurais, melhorias nos serviços de internet e telefonia que são oferecidos nas áreas, energia trifásica, coleta seletiva, cursos de formação técnica, transporte público, controle de borrachudos, crescer, estradas internas e veterinários.

A região possui uma vegetação abundante (em torno de 70% da área rural está coberta por matas). De modo geral, todas as propriedades possuem áreas que podem ser destinadas à reserva legal. A maioria dos produtores já fizeram o CAR, alguns com área averbada na matrícula rural.

Nos últimos anos houve uma diminuição da área plantada, compensadas por uma maior produtividade das culturas e emprego de maior tecnologia de produção como mecanização, fertilidade, entre outros.

1.2.3 Evolução da Ocupação do Solo

O município de Águas Mornas apresentou um grande crescimento de sua ocupação do solo no período de análise.

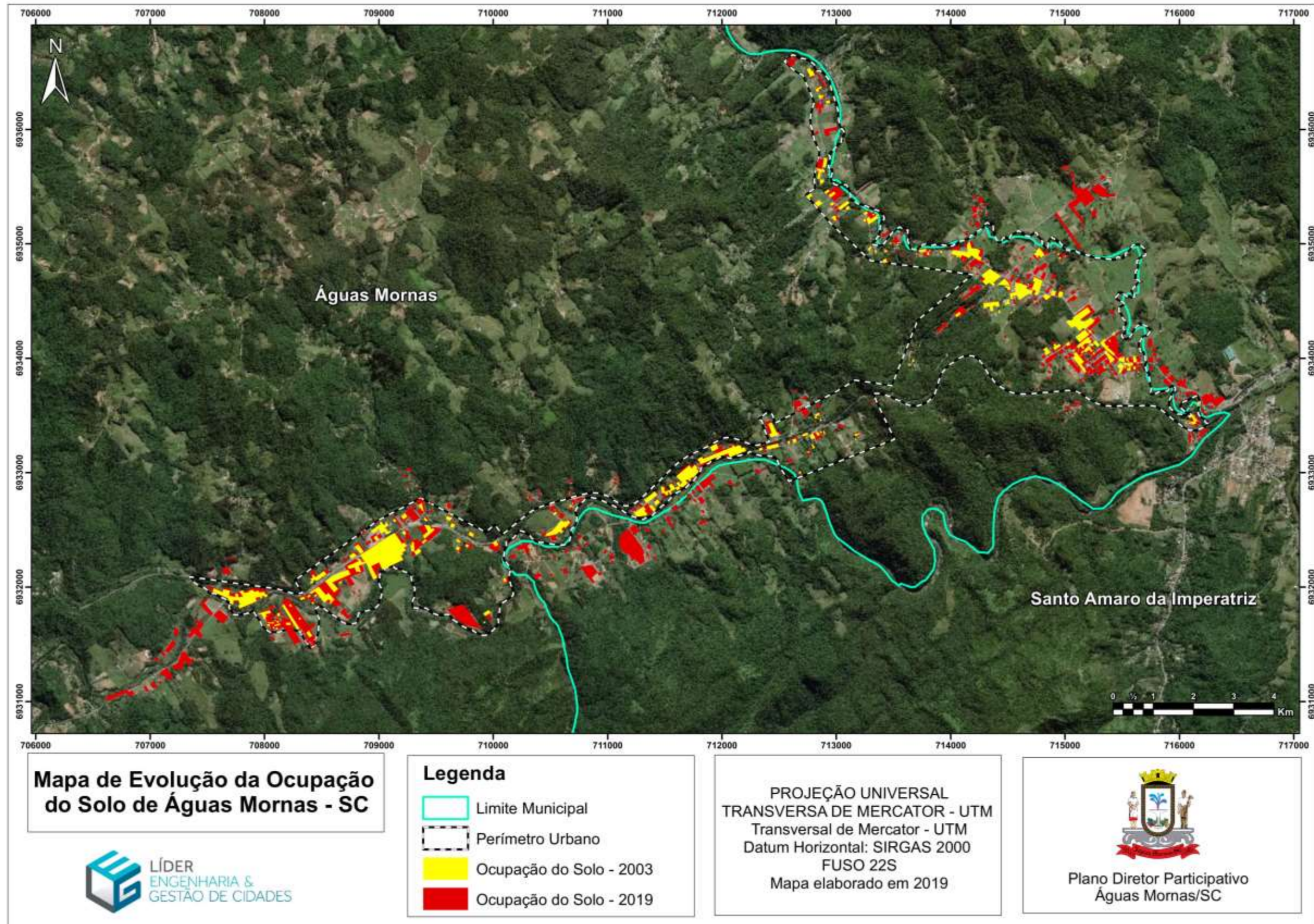
Nota-se que, assim como seu crescimento populacional, o crescimento da mancha é alto e apresenta característica de espraiamento e descontinuidade com o Perímetro Urbano. Esse crescimento nos mostra que o Município não mantém um controle das ocupações, ocasionando em novos loteamentos distantes do Perímetro Urbano. Essa característica é fundamental para que políticas de controle de ocupação do solo possam ser institucionalizadas no Município, evitando gastos desnecessários com infraestrutura urbana.

O espaço com maior predominância de ocupação (sede urbana) de Águas Mornas está representado na figura a seguir, com a evolução da mancha no município



em um período de dezesseis anos, entre 2003 e 2019 (primeiro e último ano constatados no Google Earth por imagem de satélite).

Figura 5 – Mapa de Evolução da Ocupação do Solo de Águas Mornas/SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.



1.2.4 Macrozoneamento

O macrozoneamento de Águas Mornas é definido pela Lei Complementar N° 006/2008 do Plano Diretor Participativo.

Conforme o primeiro parágrafo do artigo 61, as Macrozonas são divisões do Município em grandes unidades territoriais que fixam os princípios fundamentais de uso e ocupação do solo, em concordância com as estratégias definidas no Plano.

O Macrozoneamento, assim como o zoneamento, serão utilizadas como referência para a espacialização de todos os objetivos, estratégias e ações estabelecidas ou por estabelecer pela política de planejamento e gestão territorial do Município.

O município de Águas Mornas está dividido nas seguintes macrozonas, conforme art. 62 em diante da mesma lei:

Macrozona Urbana: correspondente à porção do território com características urbanas onde se verifica a maior concentração da população municipal e diversidade de usos, bem como de equipamentos institucionais e comunitários.

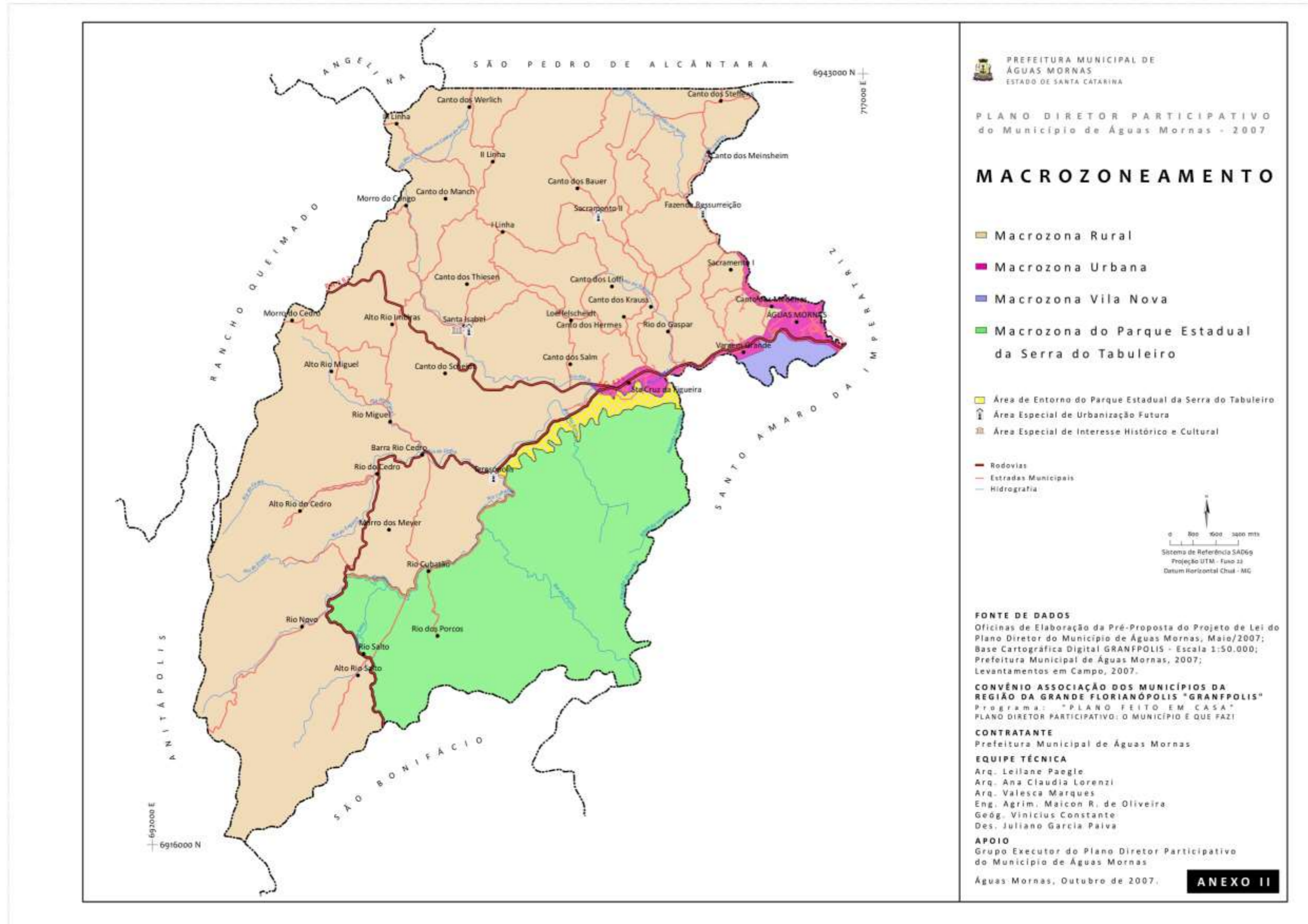
Macrozona Rural: correspondente à porção do território caracterizada por baixa densidade e ocupação dispersa, onde se desenvolve a atividade agrícola, destinada à produção e exploração de bens necessários ao abastecimento das populações de centros urbanos da região.

Macrozona do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: constitui-se em uma porção do território demarcada e protegida legalmente por legislação estadual por seu significativo valor natural e paisagístico, com baixa ocupação e conflitos a serem resolvidos referentes a essas ocupações com a implantação do Parque.

Macrozona Vila Nova: constitui a porção sudeste de entorno da macrozona urbana, de difícil acesso e baixa ocupação, que apresenta características especiais devido à intensidade dos condicionantes ambientais (rios, montanhas, rodovia, entre outros).

O macrozoneamento de Águas Mornas pode ser observado no mapa da figura a seguir.

Figura 6 – Macrozoneamento Municipal de Águas Mornas/SC



Fonte: Prefeitura Municipal de Águas Mornas.



1.2.5 Zoneamento e Áreas Especiais

O zoneamento atual de Águas Mornas é regido pela Lei Complementar N° 006/2008 do Plano Diretor Participativo, no qual tratam-se das subdivisões da macrozona urbana que servem como referencial para a definição de parâmetros específicos de uso e ocupação do solo, estabelecendo áreas onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar usos e ocupação do solo, definidas através do artigo 61 e 63 e especificadas na seção II sobre as zonas. Estes classificam-se em:

- I - Zonas Urbana Central;
- II - Zona de Ocupação Imediata;
- III - Zona de Ocupação Controlada;
- IV - Zona de Expansão Urbana;
- V - Zona Industrial.

Zona Urbana Central – ZUC: (Art.74 – Lei 006/2008) A Zona Urbana Central caracteriza-se como área de centralidade municipal a ser consolidada com condições adequadas ao adensamento, com concentração relativa de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos de atendimento municipal.

Zona de Ocupação Imediata – ZOI: (Art. 77 - Lei 006/2008) caracteriza -se como zona em consolidação com condições para ocupação imediata devido ao favorecimento das condicionantes naturais, da infra -estrutura e dos vazios urbanos existentes.

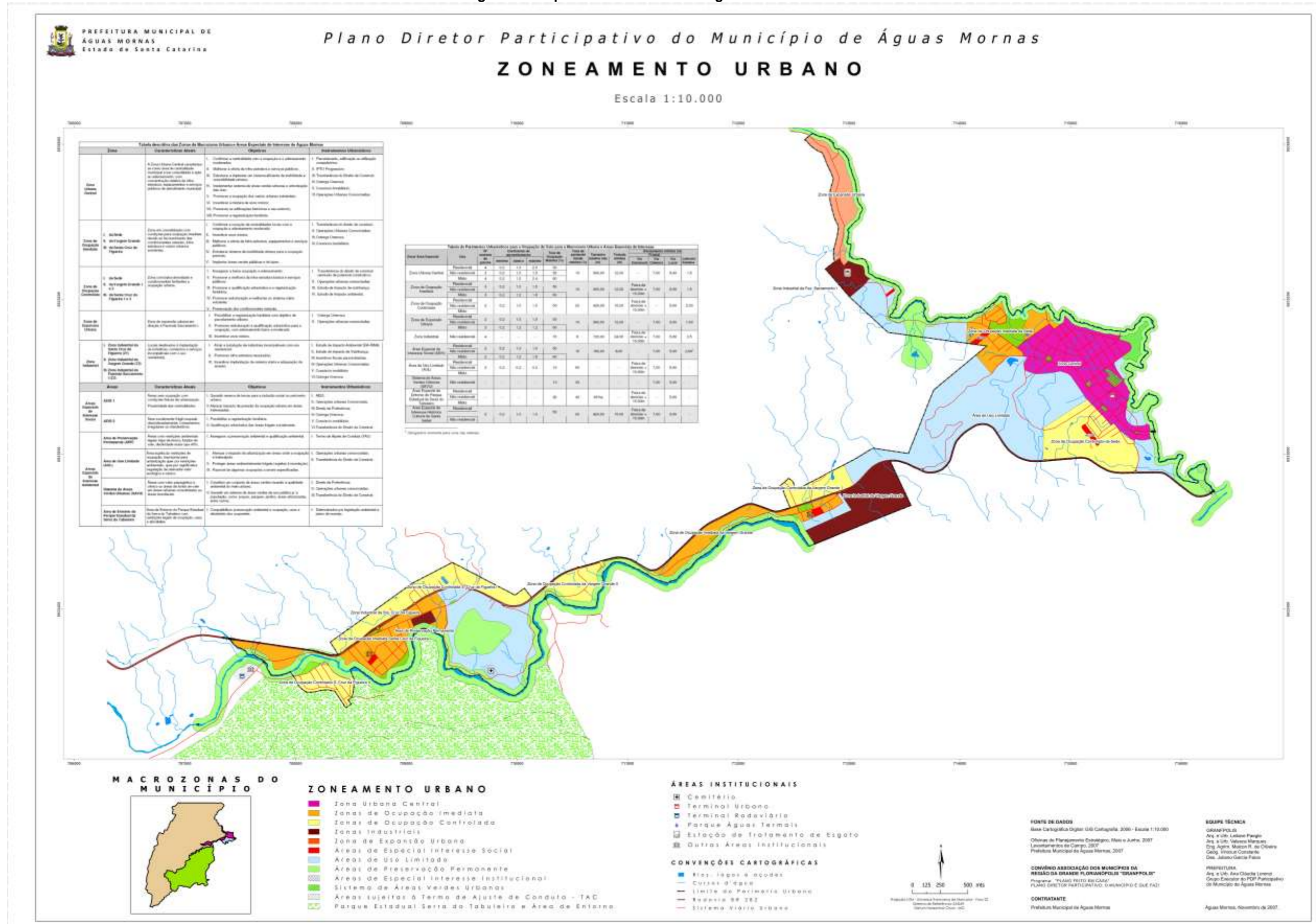
Zona de Ocupação Controlada – ZUOC: (Art. 81 – Lei 006/2008) caracteriza -se como áreas com baixa densidade e com condicionantes limitantes à ocupação urbana.

Zona de Expansão Urbana – ZEA: (Art. 85 – Lei 006/2008) corresponde a uma área em Fazenda Sacramento I, com tendência à ocupação urbana, dotada de relativa infraestrutura e destinada à qualificação urbanística.

Zona Industrial – ZI: (Art. 88 – Lei 006/2008) As Zonas Industriais são áreas reservadas ao desenvolvimento de atividades industriais, comerciais e de serviços, uma vez considerada a incompatibilidade com o uso residencial.

A figura a seguir apresenta o zoneamento urbano da sede vigente.

Figura 7 – Mapa de Zoneamento em Águas Mornas/SC.



Fonte: Prefeitura Municipal de Águas Mornas.



Ainda no Zoneamento, também há a divisão no território por Áreas Especiais de Interesse (AEI), que conforma parágrafo 3 do artigo 61 são unidades territoriais com características que exigem tratamento e estratégias de qualificação específicas.

Conforme seção III, parágrafo 93 em diante, ficam instituídas as seguintes áreas especiais:

Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) são áreas do território municipal com condições físicas para urbanização e próximas das centralidades locais, destinadas prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção de Habitação de Interesse Social.

As Áreas Especiais de Interesse Social subdividem-se em:

- I. AEIS 1 – áreas reservadas à implantação de habitação de interesse social em locais de fácil acesso aos equipamentos públicos e com infraestrutura adequada;
- II. AEIS 2 – áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos de população de baixa renda, dentro das quais o Poder Público promoverá a regularização fundiária e a qualificação urbanística.

Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA) são áreas públicas ou privadas que apresentam a função de qualificação ambiental destinadas à preservação, conservação e recuperação das características ambientais relevantes do Município.

As Áreas Especiais de Interesse Ambiental subdividem -se em:

- I. Área de Preservação Permanente (**APP**);
- II. Área de Uso Limitado (**AUL**);
- III. Sistema de Áreas Verdes Urbanas (**SAVU**);
- IV. Área Especial de Entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (**AEPEST**).

Área Especial de Interesse Histórico Cultural de Santa Isabel: destinam-se a regular áreas de interesse específico de proteção do patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico.

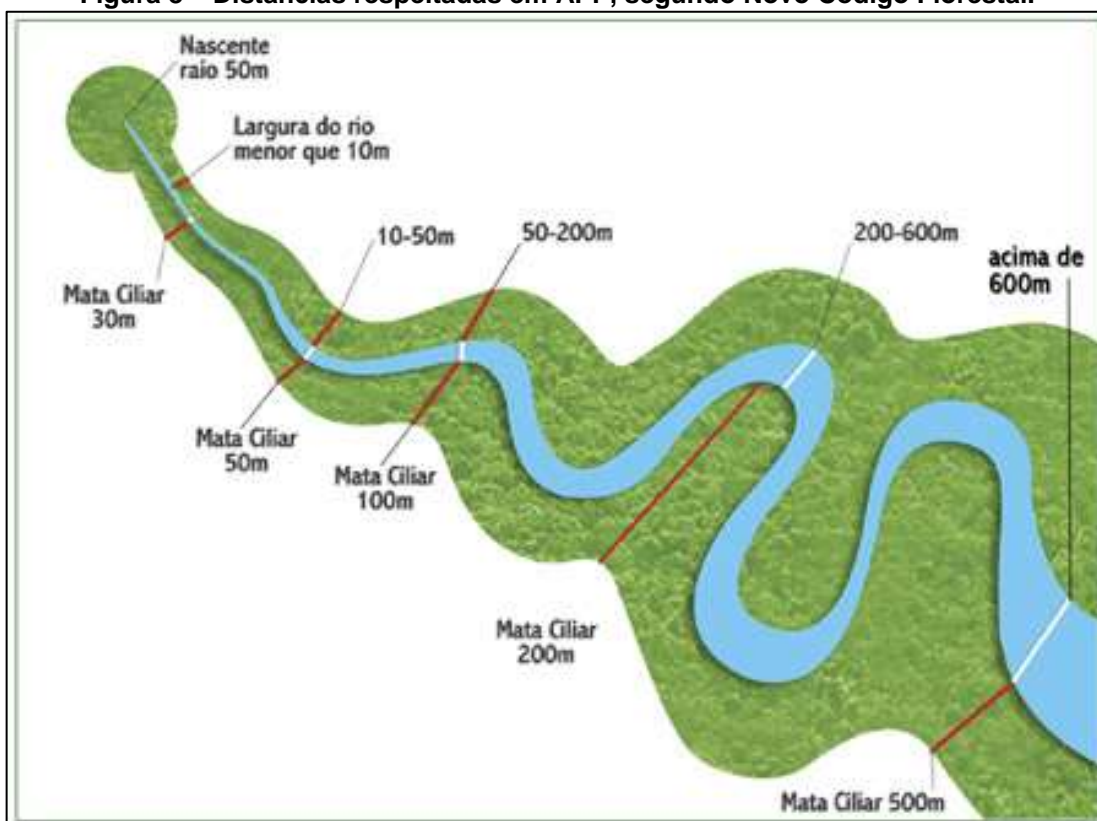
Áreas Especiais de Interesse Institucional: são áreas estratégicas do território municipal para a implantação de equipamentos urbanos e/ ou comunitários que atendam à população.

Áreas Especiais de Urbanização Futura: são áreas rurais distantes do perímetro urbano que apresentam características de ocupação urbana em estágio inicial, podendo, futuramente, ser definidas como áreas urbanas.

1.2.6 Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e Áreas Verdes Significativas

Em relação às áreas de preservação permanente (APP), foram institucionalizadas pelo Novo Código Florestal (Lei Federal nº12.651/2012), que estabelece APP as florestas e demais formas de vegetação naturais situadas às margens de lagos ou rios (perenes ou não); nos altos de morros; nas restingas e manguezais; nas encostas com declividade acentuada e nas bordas de tabuleiros ou chapadas com inclinação maior que 45°; e nas áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer cobertura vegetal, conforme se pode visualizar na figura a seguir.

Figura 8 – Distâncias respeitadas em APP, segundo Novo Código Florestal.



Fonte: CULTURA MIX, 2016.

As áreas de preservação permanente são importantes para a manutenção da qualidade ambiental e possuem papel importante na preservação de espécies da fauna e flora, manutenção dos corpos hídricos, na conservação de solo, do clima e da qualidade do ar, portanto, se faz necessário ações para a preservação e recuperação



de tais áreas, além de fiscalizar e evitar a ocupação dessas, fato comum em muitos municípios brasileiros.

A Lei Federal nº 9.985/2000 instituiu o Sistema de Unidades de Conservação, com o objetivo principal de contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, estabelecendo critérios e procedimentos para implantação de Unidades de Conservação. De acordo com esta lei, no Art. 2º entende-se por:

“...espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (BRASIL, 2000).

Faz parte do município de Águas Mornas parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que é a maior unidade de conservação de proteção integral do Estado, com o objetivo de proteger a rica biodiversidade da região e os mananciais hídricos que abastecem as cidades da grande Florianópolis e o sul do estado.

Dentre os objetivos específicos da unidade estão a preservação dos ecossistemas existentes e proteção de mananciais de água, da flora, da fauna, da geodiversidade, da paisagem e dos locais de beleza cênica com grande potencial para desenvolvimento do ecoturismo, conforme estudos realizados pelos botânicos Pe. Raulino Reitz e Roberto Miguel Klein. O Parque atua como um importante regulador climático da região. Protege ainda áreas de nidificação de aves marinhas e ecossistemas das ilhas do Siriú, dos Cardos, do Largo, do Andrade e do Coral e dos arquipélagos das Três Irmãs e Moleques do Sul.

1.2.7 Arborização e Áreas Verdes

Águas Mornas é carente de áreas verdes atribuídas ao lazer como parques e praças. No entanto, parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro faz parte do território municipal.

O município não detém um Plano de Arborização Urbana, todavia há o controle da vegetação em vias e logradouros públicos.



O maior problema enfrentado é a interferência na fiação elétrica. Realizam o monitoramento técnico como a poda quando necessário, embora não tenham nenhum tipo de treinamento para realizar essas atividades.

O município também não possui programas ou ações desenvolvidas pelo departamento do meio ambiente para conscientizar a população, sendo necessária a criação de ambos, pois consequência disso é o desmatamento das áreas verdes, poluição do solo e de rios.

1.3 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

As infraestruturas urbanas dão as condições para o funcionamento pleno das atividades urbanas, são importantes para a manutenção da economia, saúde, educação, trabalho e lazer, além das condições mínimas para moradia.

Para o presente plano serão abordadas as estruturas do saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial, limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos), sistema viário, arborização e iluminação pública, áreas verdes e cemitérios.

Os equipamentos e serviços públicos são elementos essenciais para organizar e qualificar o espaço urbano e podem, por suas características ou importância, constituir-se em referência para a população, estando diretamente relacionados à qualidade de vida.

Para o entendimento sobre a amplitude e qualidade dos serviços e equipamentos públicos, foram feitas entrevistas, visitas técnicas e mapeamento das unidades públicas, com a colaboração do Grupo Técnico da Prefeitura Municipal e dos responsáveis por cada setor.

Dessa maneira foram analisados os dados em conjunto com os departamentos e secretarias, apontando principalmente os pontos mais relevantes (positivos e negativos) de cada setor.

No tocante à capacidade dos equipamentos e serviços tomou-se como referência as diretrizes elencadas por Gouvêa (2008), para o dimensionamento dos equipamentos de saúde e educação (tabela a seguir) que em seus estudos apresenta requisitos de dimensionamento dos equipamentos urbanos comunitários baseados no



Instituto de Planejamento do Distrito Federal e em estudos desenvolvidos nas décadas de 1970, 1980 e 1990 no Governo de Distrito Federal.

Tabela 5 – Síntese das características desejadas no planejamento de equipamentos de saúde e educação segundo Gouvêa (2008)

Equipamento	Diretrizes
Educação Infantil	Área mínima do terreno: 3.000,00 m ² Raio de abrangência: 300m Número de alunos por sala de aula: 15 a 25 Número de salas por equipamento: 12 Funcionamento em um turno
Escola de ensino fundamental	Área mínima do terreno: 8.000,00 m ² Raio de abrangência máximo: 1.500m Número de alunos por equipamento: 1050 Número de salas por equipamento: 15 Funcionamento em dois turnos
Escola de ensino médio	Área mínima do terreno: 11.000,00 m ² Raio de abrangência máximo: 3.000m Número de alunos por equipamento: 1440 Número de alunos por sala de aula: 40 a 45 Número de salas por equipamento: 18 Funcionamento em dois turnos
Posto de saúde	Área mínima do terreno: 360,00m ² Raio de abrangência máximo: 8.000m 01 unidade para cada 3.000 habitantes
Hospital	Área mínima do terreno: 31.000,00m ² Raio de abrangência: regional 01 unidade para cada 200.000 habitantes

Fonte: Gouvêa, 2008.

1.3.1. Saneamento Básico

O saneamento básico é composto por quatro eixos: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem pluvial urbana e manejo de resíduos sólidos.

Atualmente, o município está trabalhando juntamente com a CASAN (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

1.3.1.1 Abastecimento de Água

De acordo com estimativa feita pelos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010 o município de Águas Mornas possuía



5.548 habitantes. De acordo com o SNIS, 2.497 habitantes recebiam o abastecimento de água, o que corresponde a 45% da população. Atualmente há um total de 798 ligações ativas no município.

Segundo a municipalidade, o município não possui problemas no abastecimento e não passou por períodos de racionalização. Não há programas de tarifas sociais ou proporcionais ao consumo, bem como programas ambientais de conscientização de redução do consumo de água, sendo necessária a criação de ambos.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) para o período de 2005 a 2017, pode-se observar o aumento na infraestrutura de abastecimento de água na medida em que ocorreu um aumento populacional. Seguem abaixo alguns dados disponibilizados pelo SNIS referentes ao abastecimento de água no município.

Tabela 6 – Dados do Sistema de Abastecimento do Água - SNIS - 2005, 2010 e 2015 e 2017.

Ano	2005	2010	2015	2017
População urbana atendida com abastecimento de água (Habitantes)	1.871	2.191	2.396	2.497
Quantidade de ligações totais de água (Ligações)	581	699	870	909
Quantidade de economias residenciais ativas de água (Economias)	493	572	735	766
Extensão da rede de água (km)	18,6	24,08	25,63	30,01
Quantidade de ligações ativas de água micro medidas (Ligações)	517	593	761	798

Fonte: SNIS, 2019.

1.3.1.2 Esgotamento Sanitário

O município de Águas Mornas não possui atendimento de coleta e tratamento de esgoto na área urbana e rural. O descarte é realizado na rede de águas pluviais

As vantagens do investimento em tratamento de esgoto para a saúde pública são visíveis. Segundo a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, a cada R\$1,00 (um real) investido em saneamento, economiza-se R\$4,00 (quatro reais) em medicina curativa.

O esgoto é tão importante para melhorar o Índice do Desenvolvimento Humano – IDH que o sétimo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (uma série de metas



socioeconômicas que os países da ONU se comprometeram a atingir até 2015) é reduzir pela metade o número de pessoas sem rede de esgoto.

1.3.1.3 Resíduos Sólidos

O município de Águas Mornas possui diferentes tipos de coleta para resíduos sólidos, sendo eles:

- Doméstico: Os resíduos domésticos da sede do município são coletados duas vezes por semana. No interior, uma vez por semana. 90% da população é atendida, e a coleta é realizada no período da manhã;
- Hospitalar: Recolhido uma vez por semana no período da manhã;
- Entulhos: O entulho é mínimo, e é levado para aterros próprios para o fim específico;
- Reciclável: Não há coleta seletiva para recicláveis. Cada morador fica responsável de fazer a separação, caso seja do seu interesse, e vendem para diversos lugares;
- De poda de árvores: Contam para alguns catadores para tal fim.

Cada cidadão produz em média 139g de lixo por dia, totalizando 849,2 toneladas de lixo que são recolhidos anualmente.

Atualmente o município conta com 3 pessoas envolvidas no serviço de limpeza e varrição de vias públicas, que é realizado continuamente em vias arteriais.

O lixo gerado no município é levado ao aterro sanitário do município de Biguaçu, localizado a aproximadamente 40km de distância de Águas Mornas. No momento ele atende à demanda, porém não é de conhecimento da municipalidade a forma como o aterro é gerenciado e sua previsão de vida útil.

1.3.1.4 Drenagem Pluvial Urbana

Segundo informações da equipe técnica, não há dados sobre a porcentagem da área urbana do município atendida por galeria de águas pluviais e sua demanda para os próximos anos, bem como nenhum problema significativo a respeito da drenagem urbana como erosão, enchentes ou deslizamento.

1.3.2 Iluminação Pública e Energia Elétrica

O serviço de iluminação pública atende aproximadamente 70% da sede urbana. Nas vilas e comunidades rurais há os serviços de iluminação, porém ainda não atende a todos os agricultores.

O município não possui programa de redução do consumo de energia, bem como programa às populações carentes para disponibilizar o serviço de energia elétrica, sendo necessária a elaboração de ambos.

Não há o rebaixamento de postes nas redes elétricas e quase não há conflitos entre a iluminação pública com a arborização urbana. A poda costuma ser feita uma vez ao ano pela CELESC.

1.3.3 Saúde

No município Águas Mornas são oferecidos serviços de saúde de baixa complexidade através da atenção primária em saúde, tais como saúde bucal, testes rápidos para detectar doenças sexualmente transmissíveis, acompanhamento materno-infantil, programas de acompanhamento nutricional, planejamento familiar, etc.

Para isso, o município conta com 2 unidades de saúde que, de modo geral, apresentam capacidade de suporte satisfatória para atender a demanda.

Tabela 7 – Equipamentos de saúde e horários de atendimento em Águas Mornas/SC.

Equipamento	Localização	Horário
Unidade de Saúde de Águas Mornas - Central	Rua João Pereira D'Avila, n. 91, Centro, Águas Mornas-SC	07h00min às 18h00min
Unidade Básica de Saúde de Santa Cruz da Figueira	Rua Adelar Kirchner, nº 32, Santa Cruz da Figueira, CEP 88.150-000, Águas Mornas-SC	07h00min às 17h00min

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Figura 9 – Unidade de Saúde de Águas Mornas - Central



Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Figura 10 – Unidade Básica de Saúde de Santa Cruz da Figueira



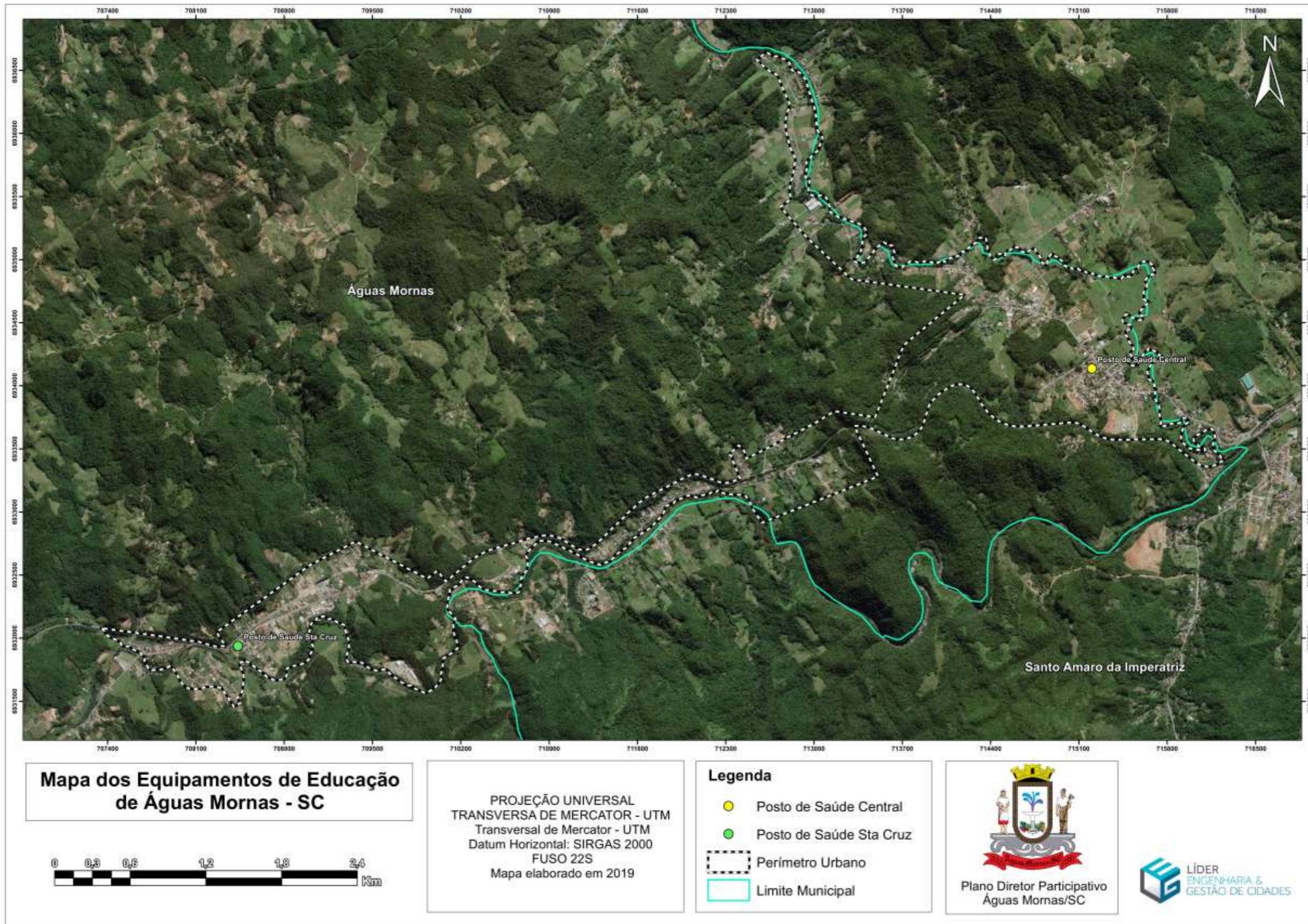
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 11 – Unidade Básica de Saúde de Santa Cruz da Figueira



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 12 – Mapa de Localização dos Equipamentos de Saúde em Águas Mornas, SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.



Em relação ao número de funcionários por categoria estão expostos na tabela a seguir.

Tabela 8 – Quadro de Servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Águas Mornas/SC.

Categoria	Número de funcionários
Agente Comunitário de Saúde	13
Auxiliar Administrativo	1
Auxiliar de Consultório Odontológico	2
Auxiliar de Serviços Gerais	1
Dentista	3
Enfermeiro	2
Farmacêutico	2
Fisioterapeuta	1
Fono	1
Médico	4
Motorista	6
Psicólogo	1
Recepcionista	3
Serviços Gerais	3
Técnico em Enfermagem	7

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

As ações da Vigilância Sanitária (VISA) devem promover e proteger a saúde da população e serem capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. A Vigilância Epidemiológica desenvolve um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança de fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

A ESF (Estratégia Saúde da Família) é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de pessoas, localizadas em uma área geografia delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. Composta por 2 equipes com Saúde Bucal (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente comunitário de saúde, odontológico e auxiliar de consultório odontológico).

No que se refere as incidências de doenças, a maior incidência é ocasionada por causas externas, seguidas se doenças do aparelho digestivo, aparelho respiratório e circulatório.

As efemeridades mais frequentes são fraturas de membros, colelitíase, pneumonias, insuficiência cardíaca e arritmias cardíacas.

Para a população de Águas Mornas são oferecidos serviços de fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, atendimento médico ESF e Pronto Atendimento, consulta pré-natal e puerpério/ consultas em puericultura; atendimentos diversos na área da enfermagem (curativos, aferição de pressão arterial, teste de glicemia capilar, vacinação para toda a faixa etária da população etc). Todos os dias são recebidos também pacientes de outros municípios, principalmente de Santo Amaro da Imperatriz.

Pacientes que necessitam ser encaminhados para atendimento em outro município são direcionados a municípios que possuem credenciamentos. Costumam ir à Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Palhoça, São José, Florianópolis, Nova Trento e Biguaçu.

Figura 13 – SAMU de Águas Mornas.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

1.3.4 Educação

A pasta administrativa municipal que trata da educação no município de Águas Mornas é a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que atende atualmente de 2ª a 6ª feira no Complexo Educacional, nº 42, localizado no centro, com



seu horário de funcionamento no período das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Funcionam no mesmo prédio a Biblioteca Pública Municipal, o Serviço Social, o Serviço Pedagógico, o Atendimento Psicológico e o Setor Administrativo.

A Secretaria Municipal de Educação tem a função de definir a política de educação do município, coordenando as escolas municipais, promover capacitações para os professores, auxiliar na elaboração e aplicação do Projeto Pedagógico, auxiliar os professores na elaboração dos projetos de estudo, orientar os funcionários das escolas nas questões administrativas e pedagógicas e coordenar os eventos escolares.

Os principais eventos coordenados pela Secretaria de Educação nas escolas são a Feira do meio ambiente; Seminário de educação ambiental; Concursos de redação, poesia, desenho e frase; Gincana cultural; Festa da criança; Desfile cívico; Gincana de matemática; Atividades Esportivas; e o Transporte Escolar.

O município de Águas Mornas possui 8 escolas regulares, no qual apenas uma é creche, 3 atendem o ensino infantil – pré-escola, 6 atendem ao ensino fundamental e 2 para o ensino médio, conforme indica a tabela a seguir. De acordo com a municipalidade, de modo geral, as escolas não estão adequadas à acessibilidade e apresentam prédios com a necessidade de manutenção, e não apresentam capacidade de suporte satisfatório para atender a demanda da educação infantil.

Tabela 9 – Estabelecimentos de ensino em Águas Mornas/SC.

Nome	Tipo de Estabelecimento	Funcionamento
Centro de Educação Infantil Beija - Flor	Creche, ensino infantil – pré escola	Manhã/ Tarde
Escola Municipal Santa Cruz da Figueira	Educação infantil – pré escola, ensino fundamental	Manhã/ Tarde
Escola Municipal Santa Isabel	Educação infantil – pré escola	Manhã/ Tarde
Escola Municipal Fazenda Ressurreição	Ensino fundamental	Manhã/ Tarde
Escola Municipal José Loffi	Ensino fundamental	Manhã/ Tarde
Escola Municipal Santa Isabel	Ensino fundamental	Manhã/ Tarde
Escola de Educação Básica Coronel Antônio Lehmkuhl	Escola estadual de ensino fundamental e ensino médio	Manhã/ Tarde/ Noite
Escola de Educação Básica Conselheiro Manoel Philippi	Escola estadual de ensino fundamental e ensino médio	Manhã/ Tarde

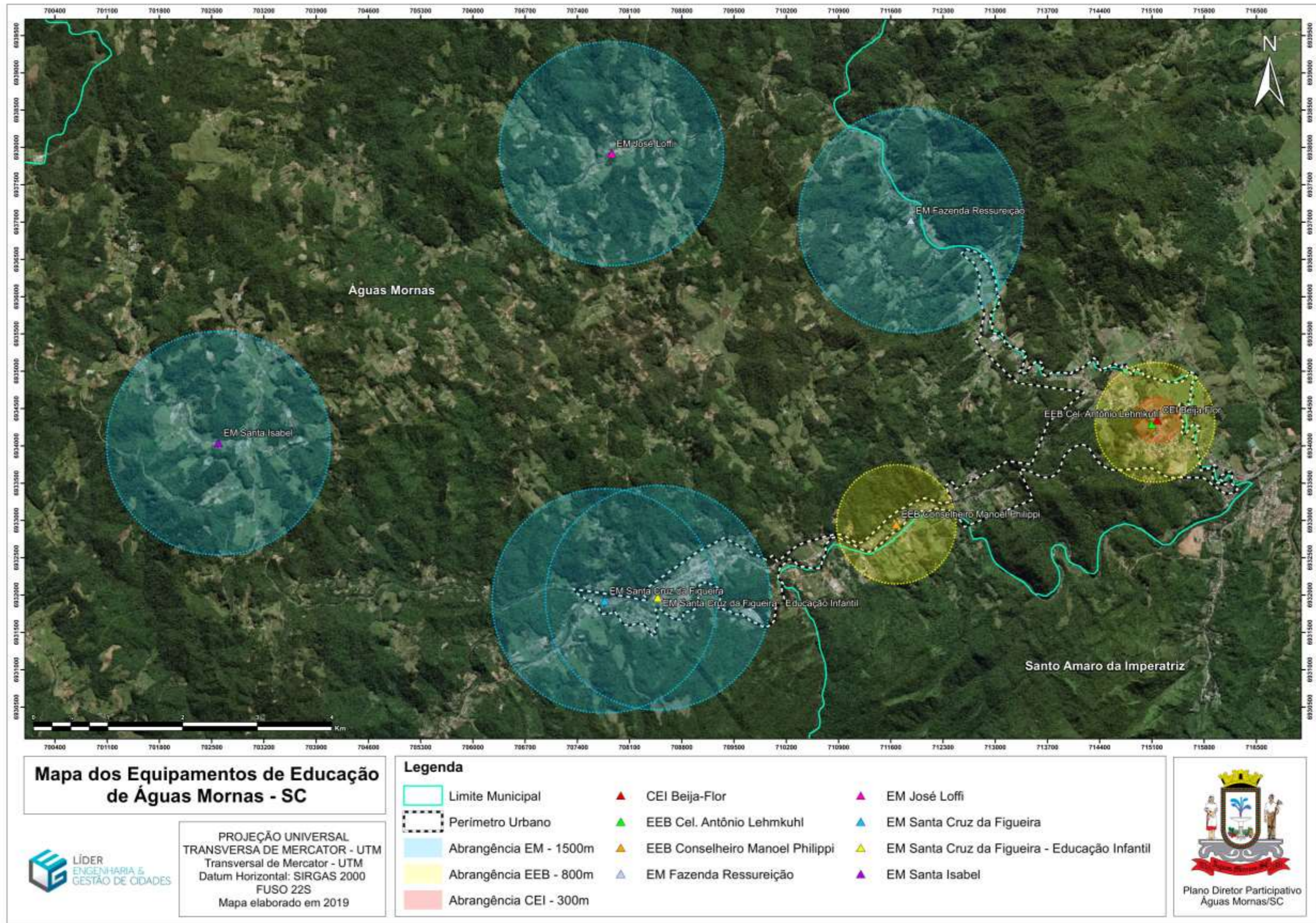
Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Nota: o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade.



O mapa da figura a seguir demonstra a localização de cada um dos equipamentos de educação do município e seus respectivos raios de abrangência.

Figura 14 – Mapa dos Equipamentos de Educação do Município de Águas Mornas/SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.



Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, em 2010 a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 86,96%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 91,61%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo de 73,20%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo de 50,55%.

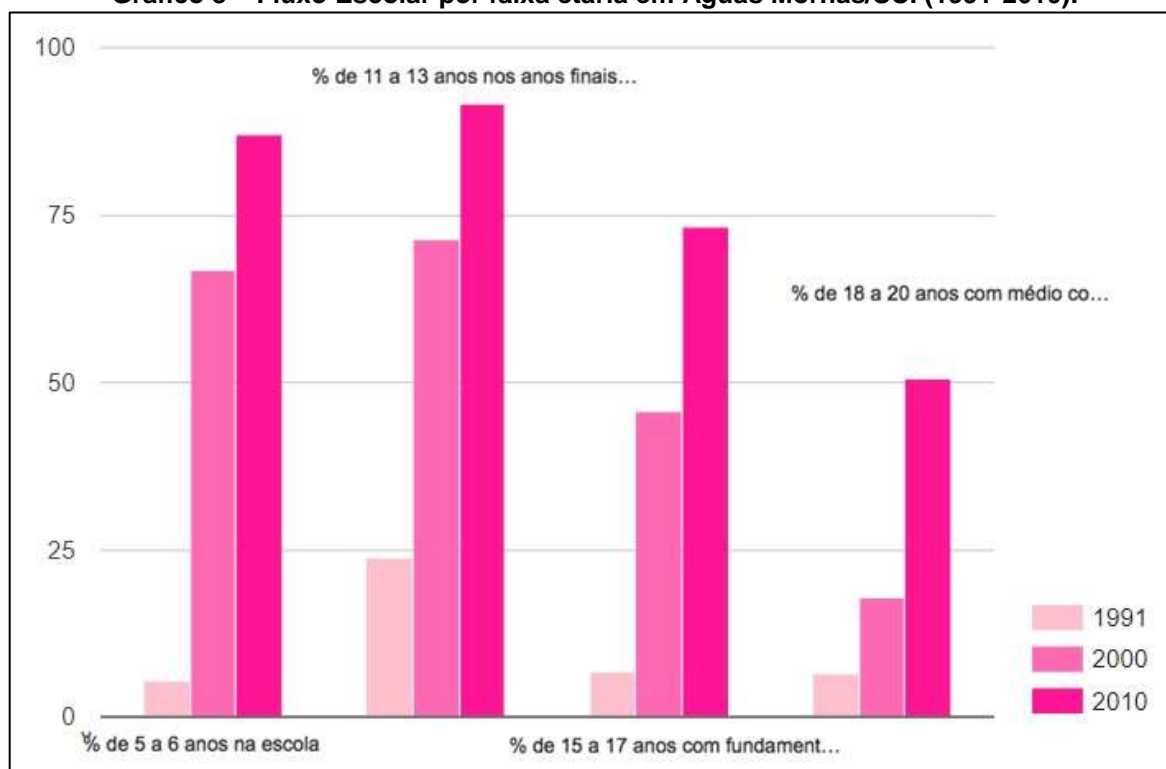
Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 81,47%, 67,85%, 66,33% e 43,96 pontos percentuais.

Em 2010, 91,05% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 90,79% e, em 1991, 90,47%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 11,24% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 0,00% e, em 1991, 0,00%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,36 anos para 10,29 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,13 anos para 10,24 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,21 anos, no município, e de 9,93 anos, na UF.

Gráfico 3 – Fluxo Escolar por faixa etária em Águas Mornas/SC. (1991-2010).



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

A respeito da educação infantil, todas as crianças são atendidas na pré-escola pois é obrigatória a matrícula de alunos a partir de 4 anos, então são disponibilizadas vagas para todos no município. Porém, a creche não possui vaga para todos, e a destinação de vagas é feita por ordem de solicitação, não havendo programa especial para esta etapa.

A merenda fornecida aos alunos em cada unidade escolar é de responsabilidade da nutricionista. A elaboração é feita pelas merendeiras na escola e normalmente servida no refeitório onde as próprias crianças se servem.

Em relação ao número de alunos/ professor, estão de acordo com as normas estabelecidas pelo ministério da educação. A formação dos professores é de nível superior, e em sua maioria possuem pós-graduação. O município oferece em média 50 horas de formação continuada por ano.

Em relação ao número de funcionários por instituição de ensino, segue abaixo a tabela com a discriminação de suas funções.



Tabela 10 – Número de funcionários por Instituição de Ensino

Escola	Professores	Serviços gerais	Coordenadores	Diretores	Bolsistas
EEBCAL					
EEBCMP					
EMSCF	14	06	02	01	08
EMSI	04	01	00	00	00
EMFR	05	01	00	01	01
EMJL	05	01	00	00	00
CEIBF	16	04	01	01	20
APAE					

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Nota: A APAE e Escolas Estaduais não informaram seus dados.

Quanto ao número de matrículas e evasão escolar nos últimos 5 anos, seguem abaixo as tabelas com os dados separados por instituição de ensino:

Tabela 11 – Número de matrícula e evasão escolar por nível de ensino da Escola de Educação Básica Coronel Antônio Lehmkuhl

Ano	Etapa de ensino	Total de matrículas	Total de reprovação	Total de abandono	Total de aprovados
2017	Anos iniciais	127	4	0	123
	Anos finais	176	17	0	159
	Ensino Médio	82	7	4	71
2016	Anos iniciais	105	13	0	92
	Anos finais	161	24	1	136
	Ensino Médio	82	4	0	78
2015	Anos iniciais	113	0	2	111
	Anos finais	181	24	0	157
	Ensino Médio	67	0	13	54
2014	Anos iniciais	130	7	0	123
	Anos finais	145	9	1	135
	Ensino Médio	100	24	0	76
2013	Anos iniciais	130	6	0	124
	Anos finais	140	8	0	132
	Ensino Médio	99	16	4	79

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Tabela 12 – Número de matrícula e evasão escolar por nível de ensino da Escola de Educação Básica Conselheiro Manoel Philippi

Ano	Etapa de ensino	Total de matrículas	Total de reprovação	Total de abandono	Total de aprovados
2017	Anos iniciais	-	-	-	-
	Anos finais	213	12	0	201
	Ensino Médio	88	3	0	85
2016	Anos iniciais	-	-	-	-
	Anos finais	210	38	0	172
	Ensino Médio	100	11	1	88



2015	Anos iniciais	-	-	-	-
	Anos finais	209	23	0	186
	Ensino Médio	107	12	2	93
2014	Anos iniciais	-	-	-	-
	Anos finais	171	21	5	145
	Ensino Médio	134	9	2	123
2013	Anos iniciais	15	0	0	15
	Anos finais	177	16	6	155
	Ensino Médio	135	8	6	121

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Tabela 13 – Número de matrícula e evasão escolar por nível de ensino da Escola Municipal Santa Cruz da Figueira

Ano	Etapa de ensino	Total de matrículas	Total de reprovação	Total de abandono	Total de aprovados
2017	Anos iniciais	177	4	0	173
2016	Anos iniciais	179	4	0	175
2015	Anos iniciais	214	9	0	205
2014	Anos iniciais	234	10	0	224
2013	Anos iniciais	202	10	0	192

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Tabela 14 – Número de matrícula e evasão escolar por nível de ensino da Escola Municipal Santa Isabel

Ano	Etapa de ensino	Total de matrículas	Total de reprovação	Total de abandono	Total de aprovados
2017	Anos iniciais	9	0	0	9
2016	Anos iniciais	11	1	0	10
2015	Anos iniciais	14	0	0	14
2014	Anos iniciais	14	0	0	14
2013	Anos iniciais	16	0	0	16

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Tabela 15 – Número de matrícula e evasão escolar por nível de ensino da Escola Municipal José Loffi

Ano	Etapa de ensino	Total de matrículas	Total de reprovação	Total de abandono	Total de aprovados
2017	Anos iniciais	17	0	0	17
2016	Anos iniciais	30	0	0	30
2015	Anos iniciais	30	0	0	30
2014	Anos iniciais	26	0	0	26
2013	Anos iniciais	29	4	0	25

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

Tabela 16 – Número de matrícula e evasão escolar por nível de ensino da Escola Municipal Fazenda Ressurreição

Ano	Etapa de ensino	Total de matrículas	Total de reprovação	Total de abandono	Total de aprovados
2017	Anos iniciais	32	0	0	32
2016	Anos iniciais	23	2	0	21

2015	Anos iniciais	36	2	0	34
2014	Anos iniciais	40	1	0	39
2013	Anos iniciais	37	2	0	35

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas/SC, 2019.

De modo geral, os principais problemas enfrentados pelo setor da educação são a participação das famílias na vida dos alunos e a falta do pessoal de apoio.

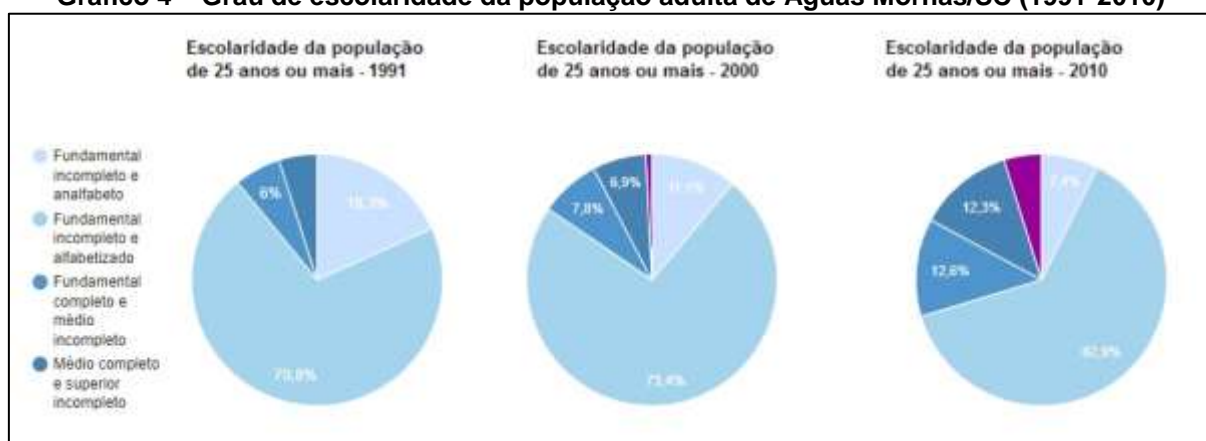
Atualmente as políticas de inclusão ocorrem com todas as crianças e jovens com deficiência do município, mesmo com os problemas enfrentados como o custo da inclusão e o transporte escolar.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 19,46% para 39,02%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 14,15%, no município, e 30,09%, na UF.

Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 7,39% eram analfabetos, 29,70% tinham o ensino fundamental completo, 17,14% possuíam o ensino médio completo e 4,82%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 4 – Grau de escolaridade da população adulta de Águas Mornas/SC (1991-2010)



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

Quanto a educação oferecida para jovens e adultos, nenhuma das redes (estadual e municipal) oferecem o serviço atualmente, no entanto, o município oferece



transporte para os interessados em frequentar curso na EJA de Santo Amaro da Imperatriz. Atualmente, são oferecidos transporte para 11 estudantes.

O assessoramento pedagógico das instituições municipais é realizado pela Secretaria Municipal de Educação. As instituições estaduais recebem assessoramento pedagógico pelas próprias escolas.

Educação Profissionalizante

O ensino profissionalizante é destinado a quem busca adquirir conhecimento e se inserir no mercado de trabalho, e não possui distinções de idade.

O município de Águas Mornas não oferece serviços de educação profissionalizante ou a distância. Para isso, o município oferece transporte para que os jovens e adultos interessados possam participar de cursos técnicos, livres e superior em outras localidades. Atualmente, 102 estudantes são transportados.

Os alunos costumam cursar faculdade em cidades como Florianópolis, Palhoça e São José, em instituições como a UNISUL, UFSC, Estácio, Anhanguera, UDESC, IES, UNICESUMAR, EFOS, CEV, IFSC, SENAI, MICROCAMP, FADESC (UNISSELVI), SENAC, Escola técnica Bom Jesus, Escola técnica Geração, Instituto Mix, FMP (Faculdade Municipal de Palhoça), Link Escola Profissionalizante, Projeto IVG – PRÉ-VESTIBULAR, Pró Saúde, e E. E. B. P. Silveira de Matos.

1.3.5 Cultura

O município de Águas Mornas conta com a Casa da Cultura e do Turismo de Águas Mornas, inaugurada em outubro de 2009, durante a gestão do prefeito Pedro Francisco Garcia. É um espaço onde o visitante é recebido com uma pequena explicação sobre o acervo ali exposto e um breve comentário sobre a história do município, desde sua colonização, em meados do século XIX, até os dias atuais. O espaço também conta com um acervo de objetos antigos, além de algumas réplicas sobre a história do município de Águas Mornas, e uma pequena biblioteca.

A Casa é um ponto de referência sobre a cultura local, destinado a preservar um pouco da memória do povo aguasmornense.

O acervo, que conta desde uma moeda até uma geladeira, já ultrapassa mais de mil peças e encanta os visitantes, especialmente as crianças, não apenas pela



simplicidade, mas também por possibilitar esse retorno ao passado a partir de um rápido olhar sobre os objetos ali expostos.

A estrutura do equipamento é parcialmente adequada à acessibilidade. Possui rampas de acesso para cadeirantes, porém, as instalações sanitárias não estão adequadas a pessoas com necessidades especiais.

Há no município a Biblioteca Pública Municipal de Águas Mornas, instalada oficialmente no dia 29 de dezembro de 1994 (aniversário do município), nas dependências físicas do Complexo Educacional, localizado na Rua Prefeito José Higino Martins, nº 42, na sede do município. Sua denominação é uma homenagem ao diácono, professor e catequista, Orival Augusto Lehmkuhl (06/04/1925 - 24/03/1984) pelos relevantes serviços prestados ao povo aguasmornense.

Águas Mornas conta com algumas festividades durante o ano, como o Natal de Luz, realizado anualmente pela Prefeitura Municipal para integrar a população do município às festividades de fim de ano, inaugurando as decorações natalinas realizadas em várias comunidades do município, oferecendo aos munícipes atividades de lazer, especialmente às crianças, com a chegada do Papai Noel, trazendo brinquedos e doces.

Normalmente essa atividade é realizada na primeira sexta-feira do mês de dezembro do ano, quando se acendem as luzes natalinas, acompanhadas da inauguração do presépio com a chegada do Menino Jesus e fogos de artifícios.

O Encontro Municipal de Mulheres acontece todos os anos desde 2009, sempre no mês de março, e tem como objetivo trazer as mulheres para um encontro de um dia, onde elas possam se desligar de suas funções domésticas e profissionais e se dedicar a atividades de lazer e entretenimento, além de participar de palestras sobre assuntos voltados para a sua realidade.

Na parte da manhã elas são recepcionadas com um café e ao meio dia participam de um almoço coletivo e na parte vespertina podem desfrutar de uma tarde dançante. Durante todo o dia, além das atividades de recreações e de orientações, elas podem expor seus produtos artesanais para venda e fazer compras nos estandes que são disponibilizados durante o evento.

O encontro é um acontecimento itinerante, sendo realizado, a cada ano, em uma localidade diferente, tanto para valorizar as comunidades como para fazer com que as participantes também tenham a oportunidade de conhecer o município, passando inclusive pelas zonas rurais, levando entretenimento e conhecimentos



sobre as atividades do dia a dia das mulheres agricultoras, através de palestras e afins. A participação das mulheres tem sido bastante expressiva, atingindo um público feminino de aproximadamente 500 a 600 mulheres.

A primeira Stammtisch de Águas Mornas foi realizada em 27 de novembro de 2011, na Praça José Adão Lehmkuhl, na sede do município, como parte dos festejos dos cinquenta anos de emancipação político-administrativa do município. Desde então, o evento tem sido realizado anualmente, no mês de novembro, e seu objetivo é promover a cultura alemã e a confraternização entre as pessoas.

Além das festividades locais, o município também conta com alguns grupos culturais como:

- Os TranQras – grupo musical formado no ano de 2012 quando alguns amigos começaram a se reunir na localidade de Santa Isabel, nas sextas-feiras e sábados à noite, para tocar alguns instrumentos musicais, enquanto cantavam e se divertiam com os amigos, a fim de relaxar. O que começou apenas como uma válvula de escape para fugir do estresse do dia a dia de trabalho, acabou virando coisa séria, quando os mesmos começaram a ser chamados para tocarem em aniversários, festas religiosas e casamentos na localidade onde residem.
- Immer Stark (Sempre Fortes) – Grupo de Danças Folclóricas Alemãs da Terceira Idade de Águas Mornas fundado em 2010 pela professora de danças Letícia Ferrari Alves, a partir de uma iniciativa das coordenadoras dos grupos da Terceira Idade, a então primeira dama, Rosana Mafra Garcia e a assistente social, Iana Pitan. Tem como objetivo participar de eventos culturais, divulgando o município de Águas Mornas e a cultura local, além de oferecer entretenimento e lazer aos participantes, valorizando e incluindo cada vez mais os idosos na sociedade. Ao longo do tempo as expectativas têm sido superadas e as fronteiras foram igualmente ultrapassadas com o fortalecimento do grupo e o apoio constante do poder público local, através de seus agentes sociais.

1.3.6 Turismo

As políticas públicas voltadas ao turismo são incipientes em Águas Mornas, já que o município ainda não possui o Plano Municipal de Turismo, ferramenta essencial

para organizar e propor os investimentos necessários para o desenvolvimento do turismo no município.

As ações voltadas para o turismo estão concentradas no apoio aos atrativos turísticos, com a divulgação dos equipamentos em folder institucional, centro de informações concentrado na Casa da Cultura e do Turismo, além de algumas atividades organizadas pela prefeitura como a Feira Agropecuária, a Stammtisch, o Natal Luz, entre outras.

Figura 15 – Casa da Cultura e Turismo em Águas Mornas/SC.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

O principal tipo de turismo explorado é o de lazer, devido as Águas Termais. Para isso, o município conta com o Águas Mornas Palace Hotel, hotel inaugurado em 1984 e que recebeu seu primeiro hóspede no dia 23 de março daquele ano. O mesmo está localizado num terreno de aproximadamente 700 mil metros quadrados e conta com uma área construída de 2.800 m², em meio a uma área de lazer de grandes proporções e oferecendo uma das melhores águas termais do mundo. O Águas Mornas Palace Hotel conta com uma capacidade para hospedar até 240 pessoas em seus 86 apartamentos e suítes.

Classificado como hotel de lazer e de águas termais, o empreendimento possui um serviço completo com vários atrativos para o conforto de seus hóspedes, tais como: piscinas termais, sauna, auditório para eventos corporativos, sala de cinema, academia de ginastica, quadras poliesportivas, trilhas ecológicas e



bicicletários. No ano de 2018, por exemplo, o hotel vendeu 11 mil diárias, hospedou mais de 26 mil pessoas e serviu aproximadamente 85 mil refeições.

Outro forte atrativo do município são as cachoeiras localizadas em diversas comunidades do município:

- A Cachoeira da Ressurreição leva este nome por estar localizada na comunidade da Fazenda da Ressurreição a 7 km da Sede de Águas Mornas. O Local de fácil acesso tem uma cachoeira de 35 metros de altura muito usada pelas operadoras de turismo para a atividade do Rapel. A trilha para chegar até a cachoeira é de fácil acesso, porém com uma descida íngreme que exige uma caminhada de cerca de 10 minutos. A entrada ao local é gratuita.
- A Cachoeira do Rio Salto está localizada a 37 Km da Sede de Águas Mornas na Comunidade do Rio Salto na SC-435 a caminho do município de São Bonifácio. Ela tem uma queda de 95 metros de altura e é ótima para a prática do Rapel. A trilha para chegar até a cachoeira é de fácil acesso com percurso de 5 minutos de caminhada. O valor para visitação   de R\$ 2,00.
- O Salto Wasserplatz fica às margens da comunidade da Fazenda da Ressurrei o, a 6 km de distância da Sede de  guas Mornas.

As quedas d'água proporcionam ao visitante uma paisagem natural para o lazer, conforme demonstram as figuras a seguir, porém, carecem de uma sinaliza o e identifica o mais exata de sua localiza o para facilitar o acesso dos turistas a esses locais.

Figura 16 – Cachoeira da Ressurreição.



Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Figura 17 – Cachoeira do Rio Salto



Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Figura 18 – Salto Wasserplatz



Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Para o serviço de alimentação, há diversos restaurantes no município que fornecem almoço, que atendem inclusive aos sábados, domingos e feriados, e possuem cardápio variado, podendo o cliente optar por buffet e comidas por quilo, além de diversas lanchonetes e bares, com serviço de lanches, aperitivos e bebidas.

Os espaços de lazer para o público, em geral, estão restritos às praças como a existente em frente à capela do Sagrado Coração de Jesus (figura a seguir) e a praça em frente à prefeitura municipal. Há também os ginásios esportivos e os campos de futebol, onde ocorrem as competições esportivas organizadas pela prefeitura, e os salões de festas das igrejas das comunidades, onde são realizados eventos religiosos e oferecem serviço de bar e alimentação com tardes dançantes, animadas por bandas locais.

Figura 19 – Igreja Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 20 – Praça José Adão Lehmkuhl



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 21 – Praça José Adão Lehmkuhl



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades

Águas Mornas é um município muito religioso e são inúmeras as igrejas Católicas e Evangélicas espalhadas pela cidade, porém, as Igrejas não se encontram abertas para visitação de turistas. Para conhecê-las no interior é necessário visitar nos horários dos cultos religiosos que normalmente são os sábados a noites e nos domingos pela manhã.

Não há agências de turismo no município, mas a Casa da Cultura e do Turismo fornece todas as informações necessárias aos turistas em sua central de informações, além de ser um ponto de referência sobre a cultura local, com o horário



de funcionamento de segunda à sexta-feira, das 7h30min. às 12h00min. e das 13h00min. às 16h00min.

A divulgação do turismo em Águas Mornas é realizada pelo material gráfico disponibilizado com o folder turístico institucional, organizado e confeccionado pela prefeitura, através da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, onde são divulgados todos os atrativos turísticos e de lazer do município.

A população ainda não está preparada para receber o turista nas localidades, pois ela carece de orientação quanto sobre os atrativos turísticos existentes nas comunidades, como sobre sua potencialidade e retorno esperado, e a mesma não se sente inserida nesse contexto, necessitando de uma relação mais próxima do poder público e das entidades voltadas para o turismo com a comunidade local. Por isso, a aceitação da atividade turística no município ainda está abaixo do esperado.

1.3.7 Assistência Social

O município de Águas Mornas conta com programas e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que atende pessoas e famílias conforme suas necessidades, e também oferecem orientações e encaminhamentos sobre como ter acesso aos seus direitos, benefícios assistenciais e serviços de outras políticas.

Os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social se apresentam da seguinte forma:

- Proteção Social Básica: A Proteção Social Básica realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. O objetivo desse serviço é promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento das necessidades básicas.
- Proteção Social Especial de Média Complexidade: Medidas sócio educativas.
- Proteção Social Especial de Alta Complexidade: não executa.

Na gestão são realizadas as ações de alimentação dos sistemas do SUAS WEB, Censo-SUAS, realização da gestão local do BPC, gestão e fornecimento dos benefícios eventuais e gestão do Programa Bolsa Família, apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social e do Conselho da Criança e do Adolescente, execução orçamentária do Fundo de Assistência Social, além da elaboração,

monitoramento e avaliação da política de assistência social, bem como o Plano de Assistência Social, atendimento das ações socioassistenciais de caráter de emergência, execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelo Estado, inclusive no tange a prestação de contas, entre outras atividades.

O Conselho Tutelar do município funciona de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Atualmente conta com cinco conselheiras em sua equipa e o espaço físico está de acordo com o exigido pelo Ministério Público.

1.3.8 Cemitérios

O território municipal de Águas Mornas conta com 14 cemitérios ativos.

A administração dos cemitérios é de responsabilidade do CPC (Conselho Pastoral Comunitário) e os serviços funerários são prestados por apenas uma empresa.

1.3.9 Segurança Pública e Justiça

Os serviços de segurança pública de Águas Mornas são subordinados à Coordenação Estadual de Polícia Comunitária da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

No município constam delegacias de Polícia Militar e Polícia Civil, equipe de Defesa Civil. O atendimento de Corpo de bombeiros é realizado pelo Corpo de Bombeiros de Santo Amaro da Imperatriz de Santa Catarina.

Figura 22 – Polícia Militar.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.



Na região florestal e áreas de riscos o atendimento da área é realizado pela Polícia Ambiental de Santa Catarina.

Em caso de desastres naturais, enchentes, vendavais etc, que necessitam de socorro às vítimas desses acidentes/incidentes, o atendimento é realizado de acordo com o plano da Defesa civil do município.

Há ocorrências ligadas ao tráfico e uso de drogas, contrabando, agressão contra a mulher, crianças e idosos, brigas domésticas, além de conflitos agrários na zona rural, roubos/ furtos de equipamentos/defensivos agrícolas, roubo de rebanhos e assaltos às residências.

1.3.10 Mobilidade Urbana

1.3.10.1 Sistema Viário

O Sistema Viário de Águas Mornas é regido pela Lei Complementar N° 006/2008 do Plano Diretor Participativo, a partir do Capítulo VI sobre o Sistema Viário. É constituído por todas as vias públicas do Município, que ficam assim classificadas hierarquicamente, de acordo com sua função, características e controle de acesso em:

Via Estrutural da Região: são vias que cumprem essencialmente a função de passagem, ligando o Município de Águas Mornas aos municípios vizinhos;

Via Estrutural do Município: são vias de passagem e de acesso local, que ligam a cidade à zona rural e aos bairros entre si, promovendo acesso na escala da cidade como um todo;

Via Coletora: são vias destinadas a coletar e a distribuir o tráfego interno das unidades das vizinhanças, servindo também para alimentar e coletar o tráfego das vias estruturais;

Via Local: são vias destinadas a acessar os imóveis e escoar a produção nas zonas rurais.

Todas as vias, tanto as projetadas quanto aquelas para adequação, deverão atender ao dimensionamento mínimo para os passeios, ciclovias e ciclo faixas previstos na Lei, assim como às normas de acessibilidade e mobilidade para pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, a exemplo da NBR 9050.

1.3.10.2 Transportes

No município não há um terminal de transporte coletivo urbano, em contrapartida, as instalações para a acomodação dos usuários nos pontos de parada são variadas. Em alguns pontos existem abrigos para aguardar os ônibus, com bancos e bem conservados, porém não são todos que apresentam adaptações aos portadores de necessidades especiais

Quanto à existência de informação nos pontos de parada, essa ainda é uma tarefa a ser realizada de modo a esclarecer eventuais dúvidas do usuário. Nenhum ponto de parada disponibiliza painéis informativos contendo a representação em mapa da linha e horários, permitindo ao usuário se orientar melhor em função do seu destino.

Figura 23 – Ponto de parada de ônibus.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Não há um terminal rodoviário na sede urbana de Águas Morna, entretanto, contam com alguns pontos de táxi para o deslocamento da população.

Não há campanhas de educação no trânsito, sendo necessária sua criação. Também não há aeroporto, aeródromo ou pistas de pouso em propriedades particulares. Quem quiser chegar a Águas Mornas por esses meios terá que pousar na sede urbana mais próxima que possuir e continuar o seu caminho com um meio de transporte terrestre



1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1.4.1 Atividades Econômicas

O produto interno bruto (PIB) é composto pela soma do valor adicionado bruto (VAB) por setores econômicos com os impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes, referente ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de Águas Mornas. Em 2016, a preços correntes, foi de R\$ 23.615,37, correspondendo a 0,04% do PIB do estado do Santa Catarina.

1.4.1.1 Setor Primário

As atividades do setor primário são compostas pela agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, mineração, caça e pesca, correspondendo ao setor responsável pela geração de matéria-prima que, em grande parte, é absorvida pelo setor secundário.

A produção agrícola é dividida em duas formas de cultura: a temporária aquela tida como de curta ou média duração, uma vez que seu ciclo reprodutivo é inferior a um ano, e que, depois de colhida, precisa de um novo plantio; ou permanente aquela tida como de ciclo longo e cuja colheita pode ser feita por vários anos sem a necessidade de novo plantio.

No município de Águas Mornas, de modo geral, o potencial estratégico se dá no plantio de oleícolas, tais como tomate, brássicas (brócolis, couve-flor e flor), pimentão, abobrinha, vagem, morango e alguns outros, que se adaptam bem a realidade do município, seja pela topografia, clima, ou até mesmo pela proximidade do mercado consumidor.

O cultivo protegido também vem se destacando ao permitir a produção em épocas diferenciadas quanto ao clima, permitindo uma maior agregação de valor, tais como o cultivo semi-hidropônico do morango, pimentão colorido e tomate grape, por exemplo.

No tocante a piscicultura comercial, há no município poucos estabelecimentos do tipo pesque e pague, sendo quase inexistente devido a topografia e a presença de



rios e córregos. Muitas propriedades possuem apenas açudes para o auto abastecimento.

As áreas de maior concentração de atividades agrícolas no município se dão na Segunda Linha, Santa Isabel, Rio Miguel, Rio do Cedro, Rio Cubatão e Fazenda Sacramento.

Em relação às políticas públicas no setor de agronegócios, Águas Mornas vêm desenvolvendo os seguintes programas e ações:

Federal:

- Crédito Rural para Custeio e Investimento (Pronaf Mais Alimentos), PNAE;

Estadual – Pecuária:

- Compra de Matrizes Leiteira e de Corte;
- Kit Forrageira;
- Kit Apicultura;
- Kit Informática (jovens);
- Fomento Geral;
- Programa Menos Juros;
- Programa Milho;
- Programa Calcário;
- Programa Irrigação.

Obs: Todos estes programas possuem rebates de parcelas, desconto de Juros Subsídios para a aquisição, etc.

Municipal:

- O município subsidia o frete do transporte do calcário, também auxilia os produtores no preparo de áreas para cultivos, no preparo de terrenos para a construção de abrigos protegidos, na construção e manutenção e manutenção de estradas, etc. Há também o convênio com o governo do Estado para a assistência técnica (Epagri).

A maior parte da produção é vendida no Ceasa/ São José – SC, a grandes redes de supermercados, feiras livres ou pequenos estabelecimentos. Porém, devido à proximidade do mercado e seu grande potencial de compra (cinturão verde), há pouca organização dos produtores no sentido da comercialização. Cada um comercializa seus produtos da forma que lhe convém ou entrega para os intermediários.

No município há também uma grande cooperativa de crédito rural e um Sindicato dos Trabalhadores Rurais atuante. Recentemente, foi reativado o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário (COMDAGRO), com o objetivo de buscar soluções as principais demandas apresentadas pelos produtores e comunidades rurais.

Figura 24 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Mornas.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

1.4.1.2 Setor Secundário

As atividades secundárias se referem ao setor industrial e respectivos subsetores: indústria extrativa, indústria da transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) (IBGE, 2008).

No município, o setor industrial não é expressivo. Em torno de 15 famílias vem atuando com a produção de leite. Há o serviço de inseminação, e os produtores vem investindo em infraestrutura, melhoria genética e pastagens para melhorar a qualidade da produção.

1.4.1.3 Setor Terciário

O setor terciário compreende as atividades de comércio e serviços, sendo que no município de Águas Mornas predominam os comércios de bairro para atendimento da população local como supermercados, farmácias, padarias, confecções, entre outros.



Um ponto a considerar no setor é a presença de pousadas, parques aquáticos e hotéis que oferecem infraestrutura no setor do turismo, devido às águas termais.

1.4.2 Indicadores Sociais e Econômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é uma síntese de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Cada uma dessas dimensões é avaliada por um subíndice específico, e o IDHM é calculado a partir da média aritmética desses três subíndices.

A dimensão educação é a única avaliada por dois indicadores: taxa bruta de frequência à escola e taxa de alfabetização. A dimensão longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer, e a dimensão renda pela renda domiciliar per capita.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM varia no intervalo de 0 a 1, sendo que mais próximo de 1, significa maior desenvolvimento. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

- Indicador econômico: considera o produto interno bruto – PIB per capita em dólar e a paridade do poder de compra – PPC;
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Deste modo, um estudo foi realizado a fim de se medir o desempenho do Município nos últimos anos frente à evolução de seus indicadores de desenvolvimento humano, suas ações no campo de saúde e da educação, e da condição dos domicílios.

A caracterização da qualidade de vida do Município apoiou-se no uso de indicadores reconhecidos e amplamente utilizados, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Mundial – IFDM e o Índice de Desenvolvimento Familiar.

Em ambos os casos, foram avaliados aspectos relacionados à educação, longevidade, emprego e renda, acesso ao trabalho, condições habitacionais e outras variáveis que integram alguns dos indicadores de desenvolvimento humano mencionados. A variação metodológica, bem como o distanciamento do período de publicação destes indicadores aponta diferenças, sobretudo na classificação do



Município, especialmente quando se estabelece comparativos entre os indicadores (tabela a seguir).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Águas Mornas é 0,723, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,853, seguida de Renda, com índice de 0,731, e de Educação, com índice de 0,606.

Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Águas Mornas/SC, 2010.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
Educação	0,118	0,368	0,606
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	14,15	19,46	39,02
% de 5 a 6 anos na escola	5,49	66,80	86,96
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	23,76	71,46	91,61
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	6,87	45,77	73,20
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,59	17,81	50,55
Longevidade	0,774	0,809	0,853
Esperança de vida ao nascer	71,42	73,55	76,15
Renda	0,552	0,622	0,731
Renda per capita	248,07	384,13	754,54

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2019.

Evolução:

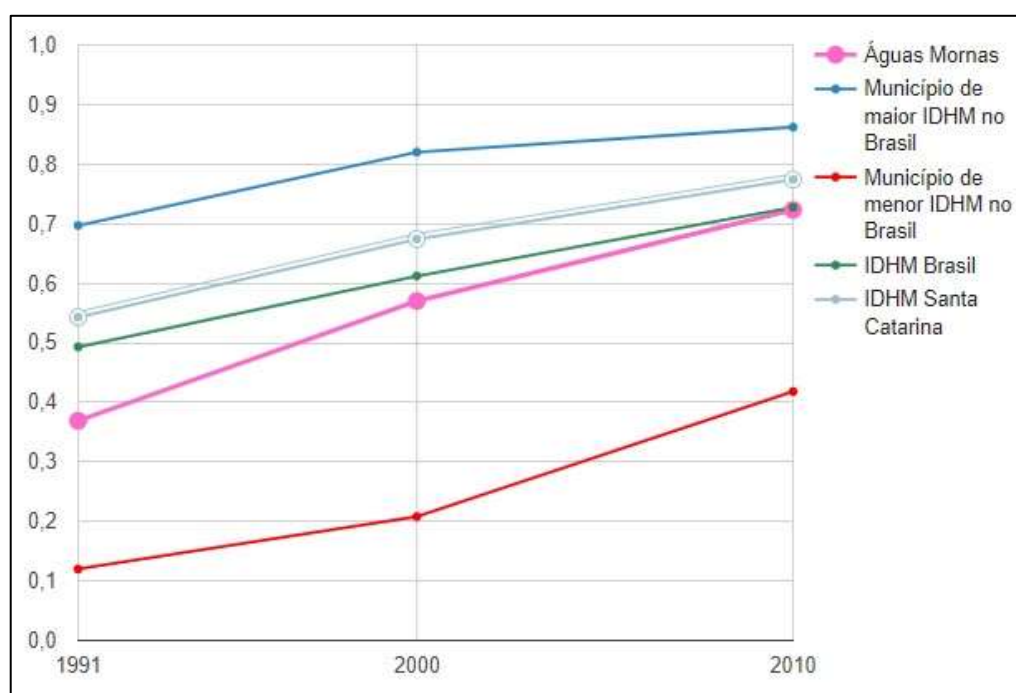
– **Entre 2000 e 2010:** O IDHM passou de 0,570 em 2000 para 0,723 em 2010 - uma taxa de crescimento de 26,84%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 64,42% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,238), seguida por Renda e por Longevidade.

– **Entre 1991 e 2000:** O IDHM passou de 0,369 em 1991 para 0,570 em 2000 - uma taxa de crescimento de 54,47%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 68,15% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,250), seguida por Renda e por Longevidade.

– **Entre 1991 e 2010:** De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,369, em 1991, para 0,723, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,543 para 0,774. Isso implica em uma taxa de crescimento de 95,93%

para o município e 42% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 43,90% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,488), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico 5 – Evolução do IDHM em Águas Mornas/SC.



Fonte: Atlas Brasil, 2019.

Águas Mornas ocupa a 1217^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

1.5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

1.5.1 Capacidade de Investimento do Município

A análise da capacidade de investimento do município abrange o diagnóstico da situação fiscal e financeira de Águas Mornas, a identificação dos responsáveis pela geração de riqueza do município, fontes de financiamento próprias e nível de



arrecadação tributária municipal, potencialidades de receitas não ou pouco exploradas, fatores limitadores na arrecadação de receitas municipais e o exame dos mecanismos complementares de financiamento e sua possibilidade de uso com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As finanças públicas abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Para que o governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos necessários ao pagamento da chamada estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicações de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. O objetivo da análise do perfil das finanças municipais é identificar diferenças e semelhanças dos diversos elementos de receita, despesas, ativo e passivo em diferentes grupos do município.

Conceitualmente as receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas indicando uma constante restrição orçamentária. Por isso o gestor público deve ter os devidos cuidados na administração dos recursos no sentido de alocá-los da maneira mais justa e racional possível.

1.5.1.1 Receitas Financeiras

As receitas financeiras públicas são classificadas em categorias econômicas de acordo com sua perenidade: receitas correntes e de capital. As primeiras são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes. A receita de capital são as que alteram o patrimônio duradouro do estado, aquelas de



captação externa de recursos: constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos, reservas, e transferências de capital. (BRASIL, 2015).

Em Águas Mornas, como na maioria dos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por receitas correntes que exercem grande influência na arrecadação. No período de 2016, a receita corrente teve participação de 93,2% (R\$ 21.372.271,90) em relação a receita total bruta (R\$ 22.931.211,10). A receita de capital representou apenas 6,8% (R\$ 1.558.939,20) da receita total bruta, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 18 – Receita Municipal (Valores R\$) - 2016.

Ano	Receita Corrente	%	Receita de Capital	%	Receita Total Bruta	%
2016	21.372.271,90	93,2	1.558.939,20	6,8	22.931.211,10	100

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Salienta-se que a informação contém o somatório das Receitas Correntes em conjunto com as Receitas Correntes INTRAORÇAMENTÁRIAS – Consolidada (Prefeitura + Autarquia – Instituto de Previdência).

A partir das deduções na receita corrente, provenientes da formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB¹ tem-se a Receita Corrente Líquida na ordem de R\$17.387.578,57, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 19 – Receita Total Líquida (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita Total Líquida
2016	20.048.182,26	2.660.583,68	17.387.578,57	20.450.606,99

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Transferências Constitucionais

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades



regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. (BRASIL, 2018).

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas no art. 159 da Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; o Fundo de Participação dos Municípios - FPM; o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

No que se refere às Transferências Constitucionais Estaduais aponta-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O art. 161 da Constituição Federal estabelece que ao Tribunal de Contas da União compete calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das referidas repartições tributárias. Compete ainda ao TCU, fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar junto aos órgãos competentes da União a classificação das receitas que dão origem às repartições.

Transferências Constitucionais do Governo Federal

Transferências Constitucionais são as parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal, transferidas para estados, Distrito Federal e municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal. As transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são mais significativas nos municípios pequenos, uma vez que o critério de distribuição sobre o qual estão baseadas se refere à proporcionalidade de faixas de número de habitantes dos municípios.

Em relação aos repasses do Governo Federal para o município de Águas Mornas, o FPM é a principal fonte de recursos do Governo Federal, apontando a participação de 78% do total dos repasses federais no período de análise (tabela a seguir).

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB, segundo maior repasse do



governo federal, mostrou a participação de 20% do total dos repasses federais no período de análise.

Tabela 20 – Repasses de Receitas Federais - 2016 (em R\$) – Valores nominais.

Especificação	2017
FPM	7.217.967,0
ITR	106.579,33
LC 87/96	15.230,04
CIDE	14.682,79
FEX	-
FUNDEF/FUNDEB	1.831.804,23
Total	9.186.233,39

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Transferências Constitucionais do Governo Estadual

O ICMS, que se refere ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Esses dados refletem a evolução da economia local e também a diminuição da inadimplência. Do produto da arrecadação dos impostos de competência do Estado, parte substancial destina-se, constitucionalmente, aos municípios.

As mais significativas decorrem das receitas do ICMS, principal imposto arrecadado pelo Estado, que destina aos municípios 25% do seu total, além do IPVA, que destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

Denominam-se “Transferências Constitucionais” as parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios, por disposição constitucional.

Em relação ao total das transferências correntes, o ICMS (repasso líquido) é a principal fonte de recursos do governo estadual. No município de Águas Mornas a participação do ICMS líquido em relação ao repasse total do Estado alcançou 80% no período analisado.

O IPVA é um fator relevante em termos de transferência do estado para grande parte dos municípios. No município de Águas Mornas tem razoável representatividade financeira, perfazendo 25% do repasso total do estado no período analisado.



Tabela 21 – Repasses de Receitas Estaduais - 2016 (em R\$) – Valores nominais

Ano	ICMS		Fundo de Exportação ⁵	IPVA ⁶	Total Repasse Líquido
	Repassse Bruto	Repassse Líquido			
2017	3.819.026,40	3.055.222,15	54.607,21	610.243,14	488.195,36

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

A participação absoluta do ICMS para as receitas de Águas Mornas também confirma a dependência financeira nessa linha de transferência como fonte indispensável para as atividades da Administração Pública. Essa participação somada às transferências do FPM pelo Governo Federal se transformam em uma dependência muito grande em face de baixa arrecadação própria.

Composição da Receita Corrente

A receita corrente é composta por diversos tipos de receitas, sendo as mais significativas as transferências constitucionais federais e estaduais e as receitas tributárias.

A principal fonte de receita são as transferências correntes que somam 78% do total, seguidas das receitas tributárias (8,98%). Desta forma, Águas Mornas é altamente dependente de transferências constitucionais.

Tabela 22 – Composição da Receita Corrente, 2016 (em R\$) – Valores nominais e respectiva participação (%)

Origem da Receita	2016 (R\$)	%
Patrimonial	1.323.580,54	7,41
Tributária	1.603.146,68	8,98
Transf. Receitas Correntes	13.920.019,69	78
Demais Receitas Correntes	998.346,74	5,61
Total Receitas Correntes	17.845.093,65	100

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Receitas Tributárias e Receitas Próprias

Em relação à arrecadação de tributos municipais, podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhorias, incluindo nessa pauta uma variedade de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), que compete aos municípios em administrar a arrecadação.

Destes, os impostos municipais são os maiores arrecadadores, somando R\$1.363.015,20, que corresponde a 88% do total desses impostos. Em específico o



ISSQN e o IPTU são os principais impostos da arrecadação própria do Município. A participação percentual de tributos municipais na Receita Corrente fica assim distribuída: 6,32% de IPTU, 67,55% de ISSQN, 14,08% de ITBI e 12,05% de Taxas (tabela a seguir).

Tabela 23 – Receitas Próprias e Tributárias - 2016 (em R\$) – Valores nominais.

Receita Municipal	Valor	Percentual dos tributos municipais (%)
IPTU	98.013,34	6,32
ISSQN	1.046.802,38	67,55
ITBI	218.199,48	14,08
TAXAS	186.646,16	12,05
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	00,00	0
Total	1.549.661,76	100%

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Receita Corrente e Receita Tributária

A Receita Tributária equivale a 8,98% da Receita Corrente, ou seja, R\$1.603.146,68, dentro do período de análise. Com esses dados, recomenda-se ao executivo buscar estratégias e mecanismos de atualização fiscal de modo a melhorar os índices de arrecadação, uma vez que podem inviabilizar os investimentos futuros pelos baixos valores oriundos da receita tributária.

A capacidade contributiva da população representada nos tributos poderá ser revista pelos processos de modernização na estrutura municipal e também com a adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Tabela 24 – Receita Tributária X Receita Corrente (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Receita Tributária	Receita Corrente	% Indicador (A: B). 100
2016	1.603.146,68	17.845.093,65	8,98

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

1.5.1.2 Despesas Financeiras

As despesas públicas financeiras são aquelas relacionadas com os gastos orçamentários e licitatórios realizados pela administração pública com vista ao atendimento das necessidades da sociedade em geral.



Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município de Águas Mornas depende de receita financeira para uso conforme os limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção e etc.

A composição das Despesas do Município, também tendo como base o período de 2016, é composta por uma Despesa Total de R\$ 18.526.035,80, dividida em Despesa Corrente de R\$ 15.596.329,16 e Despesa de Capital de R\$ 2.929.706,64, o que corresponde a 84,19% e 15,81% da Despesa Total, respectivamente.

Tabela 25 – Participação da Despesa Corrente e de Capital em relação à Despesa Orçamentária, 2016 (em R\$) – Valores nominais.

Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Total	%
2016	15.596.329,16	84,19	2.929.706,64	15,81	18.526.035,80	100

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

As despesas correntes se desdobram em despesas com pessoal e encargos; juros e encargos da dívida; e outras despesas correntes.

De acordo com os números apontados nas tabelas a seguir, os indicadores encontrados na proporcionalidade entre receitas e despesas revelam o significativo peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre a receita.

Tabela 26 – Gastos com Pessoal x Receitas e Despesas Totais - 2016.

Ano	Despesa com Pessoal	Receita		Despesa	
		Total	Corrente Líquida	Total	Corrente
2016	7.916.430,43		17.387.578,57		15.596.329,16

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

1.5.1.3 Despesas por Função

As despesas por função refletem, de certa forma, as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Dessa maneira, a análise é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade.

As funções cujas despesas são mais representativas são em ordem decrescente: educação (25,3%), saúde (21,6%), urbanismo (17,7%), administração



(12%). As outras funções possuem menos de 9% de representatividade no total das despesas (tabela a seguir).

Tabela 27 – Despesas municipais por função - 2016.

Discriminação	Em Reais	Participação % (sobre a Despesa Total)
	2016	2016
Legislativa	526.394,81	2,8
Administração	2.224.078,99	12,0
Segurança Pública	30.761,79	0,2
Assistência Social	427.825,18	2,3
Previdência Social	1.023.881,11	5,5
Saúde	4.009.006,03	21,6
Educação	4.682.491,77	25,3
Cultura	-	-
Urbanismo	3.256.303,75	17,7
Habitação	-	-
Saneamento	1.728,00	-
Agricultura	207.821,44	1,1
Comércios e Serviços	78.444,81	0,4
Transporte	1.616.819,46	8,7
Desporto e Lazer	160.584,27	0,9
Encargos Especiais	279.883,79	1,5
Total	18.526.035,80	100%

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Nota-se que o gasto com saneamento é praticamente inexistente. Os gastos com segurança pública, comércio e serviços cultura, se comparados com outras funções, são muito baixos pela sua representatividade na economia local.

Nesse sentido, deverão ser discutidos propostas e projetos que possam distribuir mais racionalmente os gastos públicos que venham de encontro com os anseios da comunidade, pois as áreas que não apresentaram nenhum gasto público dentro do período analisado ou apresentaram um gasto muito baixo, tratam-se de áreas importantes para a promoção do desenvolvimento local.

Evolução da Despesa Orçamentária em relação à Receita Orçamentária

As receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira. Águas Mornas apresentou no período de análise um equilíbrio orçamentário onde as despesas totais foram inferiores a receita orçamentária total.



Tabela 28 – Despesa e Receita (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Despesa Total (A)	Receita Total (B)	(A: B). 100
2016	18.526.035,80	20.450.606,99	90,6

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

1.5.1.4 Indicadores Finanças Públicas

A gestão municipal é influenciada pela causalidade (causa e efeito), pelo modelo de expectativas racionais e pelo equilíbrio de mercado. Isto exige uma planificação orientada, onde a avaliação dos benefícios, da utilidade e da efetividade alocativa, traduz a dicotomia existente nos processos decisórios entre as prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. O atendimento concreto das necessidades coletivas, pelas pessoas jurídicas do setor público, pelos seus agentes e órgãos, considera a administração pública no sentido objetivo (MENDES, 2008).

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público.

Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das Receitas Transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas (Transferência de Receita Corrente + Transferência de Capital = R\$ 13.920.019,69) e Despesas Totais (R\$ 18.526.035,80). Quanto mais próximo de “100”, maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

O valor de 75 no indicador durante o ano de 2016 comprova que o município de Águas Mornas tem um grau de dependência de médio a elevado e que fica na dependência das transferências constitucionais tanto do Governo Federal como do Governo Estadual.

Em função da arrecadação relativamente baixa das Receitas Tributárias, o Município apresenta dependência das Receitas Transferidas para manter suas despesas, comprometendo os limites dos recursos disponibilizados. Este resultado demonstra que o Município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e estratégias de



desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos governamentais.

Tabela 29 – Indicador de Dependência (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Receita Transferida	Despesa Total (B)	Indicador (A: B)
2016	13.920.019,69	18.526.035,80	75,14

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo mostra a relação entre Despesa Corrente e Receita Tributária, ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da estrutura administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Águas Mornas está na dependência de um considerável esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente à Despesa Corrente. O comportamento da arrecadação própria (tributária) apresenta indicadores que comprovam a dependência dos recursos de transferência. Na relação Despesa Corrente (R\$ 19.596.329,16) e Receita Tributária (R\$ 1.603.146,68), o esforço da Receita Tributária para fazer frente à Despesa Corrente e investimentos de capital obteve o indicador de 972,8.

A participação da Receita Tributária ainda é muito pequena em relação à Despesa Corrente. Com isto fica evidente a adoção de ajuste na política tributária municipal no sentido de criar estímulos de arrecadação que possam suprir e/ou amenizar as dificuldades de caixa no Município.

Tabela 30 – Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2016	19.596.329,16	1.603.146,68	972,8

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

Indicador de Poupança

Com receitas municipais próprias arrecadadas, o município terá deduções de despesas, a diferença poderá ser utilizada para investimento de capital. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receita Corrente (R\$21.372.271,90) e Despesa Corrente (R\$ 15.596.329,16) no ano de 2016, que foi de R\$ 5.775.942,74, e o Indicador foi calculado a partir da razão entre a Receita Corrente e Despesa Corrente.



Este indicador reflete o esforço da administração em relação à saúde financeira do município. O Indicador de Poupança foi de 1,37 no exercício de 2016. A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

Tabela 31 – Indicador de Poupança (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A: B)
2017	21.372.271,90	15.596.329,16	5.775.942,74	137,0

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2018.

Indicador Capacidade de Investimento

A Capacidade de Investimento do Município é calculada através da diferença entre Receita Efetiva e Despesa Corrente + Amortizações. Seu indicador é definido pelo percentual obtido do quociente da Capacidade de Investimento pela Receita Efetiva.

Com isso, o Município poderá investir 22% (R\$ 4.811.279,83) das receitas, se considerado como base o ano de 2016. Em 2016 a Despesa Corrente + Amortização foi inferior a Receita Efetiva, esse comportamento proporciona indicadores favoráveis para ampliar a capacidade de investimento.

Em relação à Receita Efetiva, ocorre em todos os anos uma poupança interna, porém, para viabilizar novos investimentos há necessidade de precaução nos gastos correntes do município, desde o início do exercício para evitar descontroles ao longo do ano, notadamente no 2º semestre onde as dificuldades de manter o equilíbrio orçamentário são maiores em função da queda natural da arrecadação, principalmente nos municípios menores e mais dependentes das transferências intergovernamentais.

Tabela 32 – Tributos Municipais na Receita Corrente (Valores em R\$) - 2016.

Ano	Receita Total	Receita ² Efetiva	Despesa Corrente	Amortização	Despesa Corrente + Amortização	Capacidade de Investimento	Cap. de Inv. (%) ³
2016	21.372.271,90	20.410.608,99	15.596.329,16		15.599.329,16	4.811.279,83	22

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2018.



1.5.1.5 Capacidade de Investimento do Município

A tabela a seguir demonstra as receitas e despesas do município de Águas Mornas entre 2014 e 2018.



Tabela 33 – Receitas e despesas do município de Águas Mornas de 2014 a 2018.

1) RECEITA DO MUNICÍPIO	2014	2015	2016	2017	2018	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) <u>Receitas Próprias Arrecadadas</u> (Trib + Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)	3.881,4	3.706,3	5.064,8	4.802,7	5.090,4	4.509,1
1.2) <u>Transferências Correntes Arrecadadas</u> (Tranf. Legais e Constitucionais)	12.277,7	12.563,3	13.920,0	14.560,3	15.825,4	13.829,30
1.3) <u>Receitas de Capital</u> (somente operações de créditos contratadas)	-	-	-	-	-	-
1.4) <u>Transferências de Capital Arrecadadas</u> (Tranf. de Convênios)	2.470,5	864,6	1.465,8	771,0	1.134,3	1.341,20
1.5) <u>Alienação de bens</u>	-	-	-	-	-	-
1.6) Arrecadação Total (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)	18.629,06	17.134,20	20.450,60	20.134,30	22.050,10	19.679,70
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2014	2015	2016	2017	2018	Médias de Despesas Realizadas
2.1) <u>Despesa c/ Encargos + Amortizações</u> (pagos)	123.259,2	14.163,2	15.596,3	17.764,9	19.220,4	16.000,80
2.2) <u>Despesa com Investimentos</u> (pagos)	3.642,6	2.043,3	2.929,7	764,2	989,0	2.073,80
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)	16.901,80	16.206,50	18.526,00	18.529,10	20.209,40	18.074,60
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	2014	2015	2016	2017	2018	
3.1) <u>Receita</u> (fiscais correntes + fiscais de capital)	18.629,6	17.134,2	20.450,6	20.134,3	22.050,1	19.679,70
3.2) <u>Despesa</u> (fiscais cor. + fiscais de cap. + res. de contingência)	16.901,8	16.206,5	18.526,0	18.529,1	20.209,4	18.074,06
3.3) Resultado	1.727,80	927,70	1.924,60	1.605,20	1.840,70	1.605,20

Fonte: Prefeitura de Águas Mornas, 2019.

1.5.2 Institucional

A estrutura administrativa da Prefeitura possui 6 secretarias e encontra-se com estrutura adequada, portanto não existem estudos para alterações.

Há no município diversos conselhos municipais atuantes.

Quanto ao quadro de funcionários da administração direta, há 125 servidores na ativa, 55 aposentados e 16 pensionistas.

Referente aos servidores e o grau de escolaridade, 50% possuem ensino superior, 30% completaram o ensino médio e 20% estão abaixo do nível médio. Algumas áreas têm recebido treinamento dos servidores atendendo às demandas específicas, e os mesmos possuem regime próprio de previdência.

Figura 25 – Prefeitura Municipal de Águas Mornas.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 26 – Câmara de Vereadores de Águas Mornas.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

1.5.2.1 Planejamento

O município de Águas Mornas conta com o Consórcio CINCATARINA (Consórcio Interfederativo de Santa Catarina), que atua na união dos municípios no desenvolvimento de programas, projetos de atuação governamental, promovendo iniciativas de integração, fortalecimento de ações compartilhadas, eficiência, inovação e modernização na gestão pública.

O CINCATARINA possui várias ações conjuntas já consolidadas que oferecem aos consorciados: economia aos cofres públicos e ganhos em escala, racionalização, otimização operacional da máquina pública e maior efetividade no desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais.

O CINCATARINA conta com soluções para atender os consorciados, através de ações de interesse comum de atuação governamental. Podendo atuar nas áreas de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia, sempre baseados nos princípios fundamentais da Administração Pública, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, respeitando desta forma, a autonomia dos entes da federação consorciados.

A Participação Popular e controle social se dá pelas Audiências Públicas que ocorrem no município.

Quanto a lista de conselhos, cooperativas, associações de modo geral, o grupo mais organizado é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Não há planejamento operacional e estratégico, e o estabelecimento de indicadores e processos formais de avaliação de planejamento é estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

2 LEITURA COMUNITÁRIA E SETORIAL

Na elaboração do Plano Diretor Participativo, o levantamento da opinião pública é parte imprescindível da leitura comunitária que é realizada também através das Audiências Públicas.

A participação popular atesta a veracidade da situação e desagrado público que diagnosticados resultam no maior instrumento de política urbana e territorial do Município, o Plano Diretor. Ela também está assegurada em Lei Federal, como o Estatuto da Cidade.

Para tanto, foi aplicado à população de Águas Mornas, em Audiência Pública, um questionário em que fossem apontadas algumas observações sobre alguns setores e serviços públicos municipais de maior relevância para a qualidade de vida da população.

Esta avaliação auxiliará o Plano Diretor a visualizar as principais potencialidades e deficiências do Município através da opinião pública, que será levada em conta também na sistematização das informações, ao final deste volume. Portanto, a definição das metas de investimento, quer seja em novos programas de caráter social, quer em melhorias daqueles que já apresentam bom atendimento, é embasada também na manifestação da população.

A tabela a seguir demonstra esses apontamentos mencionados separados por setor:

Tabela 34 – Apontamentos dos grupos presentes em audiência pública por assunto.

SETOR	APONTAMENTOS
Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none">– Não há rede/ tratamento de esgoto em todo o município– Em algumas áreas como na entrada da Fazenda, não há drenagem de água, deixando o local sempre empoçado– O recolhimento do lixo é semanal, o que não é o suficiente para a demanda no município (Precário)– Falta de uma coleta seletiva– Problema com a gestão/ destinação dos resíduos sólidos– Algumas ruas sem fornecimento de água, com casos onde os habitantes utilizam poços artesianos ou água das nascentes– Abastecimento de água e drenagem pluvial satisfatórios no bairro Vargem Grande– Faltam metodologias de incentivo para a população aderir práticas de compostagem



	<ul style="list-style-type: none">– Problemas de abastecimento de água em algumas áreas mais afastadas
Ocupação Irregular	<ul style="list-style-type: none">– Ocupações irregulares em encostas de rios e no Parque Estadual do Tabuleiro– Há diversos sítios em áreas de APP– Ausência de fiscalização por parte do poder público– Ocupação desordenada, sem a devida autorização municipal, segundo o Plano Diretor– Venda de lotes por valores muito baixos (o que acarreta em problemas sociais)– Estradas de acesso à sítios feitas por cima da estrada geral, dificultando o escoamento de água– Sem ocupações irregulares na Macrozona da Vila Nova– Necessidade de regularização das ocupações irregulares para que sejam cobradas taxas/imposto dos moradores/ sítiantes no bairro Vargem Grande.
Pavimentação e Ilum. Pública	<ul style="list-style-type: none">– Pavimentação precária em quase todo o município– Pavimentação fora do padrão da entrada do Loeffscheidt– Calçadas irregulares ou inexistentes– Iluminação pública precária (arrecadação baixa, tanto de IPTU como COSIP, o que deixa o município impossibilitado de realizar as devidas manutenções)– Queda constante de energia (transformador com baixa capacidade) principalmente na Macrozona da Vila Nova– Supera a expectativa no bairro Vargem Grande
Equipamentos Públicos	<ul style="list-style-type: none">– Equipamentos concentrados na área Central do município, dificultando muitas vezes o acesso dos moradores de áreas mais isoladas– Área de lazer e recreação para todas as idades no bairro Santa Cruz da Figueira– Valorização e instalação de bibliotecas adequadas– Os bairros Fazenda I e Fazenda Ressurreição não contam com praças ou equipamentos públicos de lazer e recreação– Na Fazenda II há academia ao ar livre e campo de areia como equipamentos públicos de lazer e recreação– Ausência de equipamentos na Macrozona da Vila Nova.– Escola e quadra poliesportiva necessitam de melhorias no bairro Vargem Grande– Faltam rampas acessíveis em diversos equipamentos
Saúde	<ul style="list-style-type: none">– Atendimento no setor da saúde satisfatório no bairro Santa Cruz da Figueira



	<ul style="list-style-type: none">– Demora para agendamento de consultas e exames nas unidades em geral– Deve-se aumentar o horário de atendimento na UBS próximo aos bairros Fazenda I e II e Fazenda Ressureição (vacinação, agendamento de consultas).– Na Macrozona da Vila nova o atendimento deixa a desejar nas especialidades e falta medicações básicas– Necessidade de melhorias na área de atendimento médico– Necessidade da contratação de mais médicos pediatras
Educação	<ul style="list-style-type: none">– Atendimento regular no bairro Santa Cruz da Figueira– Falta de vaga nas creches (crianças devem aguardar na fila de espera)– Necessidade de construção de uma creche na sede– Construção de uma creche no bairro Vargem Grande– Ótimos profissionais, porém, falta infraestrutura– Na Macrozona da Vila falta infraestrutura nas escolas como a ausência de cobertura na quadra esportiva– Não há acessibilidade para pessoas com necessidades especiais– Número de professores insuficiente
Seg. Pública	<ul style="list-style-type: none">– Necessidade de rondas mais intensas– Falta de efetivo– Ausência de câmeras de segurança para monitoramento (inclusive na entrada da Polícia)– Falta patrulhamento e segurança no interior do município– Falta de segurança nas ligações com a BR 292
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none">– Falta fiscalização nas construções em áreas de APP (construções irregulares nas áreas urbanas e rurais)– Algumas pessoas costumam acender fogueiras nas matas– Na Macrozona Vila Nova o meio ambiente é preservado, porém há muitos anos se perdeu a característica rural
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none">– Excesso de velocidade (lombada) – Rua Teófilo Beppler– Poderia haver mais sinalização– Mais vias de acesso ao município (pontos de acesso aos bairros)– Vias de aceleração para acessar a BR– Trânsito concentrado na rodovia, dificultando o acesso para os bairros– Necessita de uma terceira faixa em pontos da BR 282 próximo ao bairro Vargem Grande– Ruas estreitas
Emprego e Renda	<ul style="list-style-type: none">– Ausência de exploração do potencial cultural e turístico– Ausência de indústrias– Maior parte da população procura emprego nas cidades vizinhas



	<ul style="list-style-type: none">– Falta de oportunidade para os pequenos empreendedores– Falta de um incentivo para trazer mais empresas ao município– Falta de um incentivo ao turismo rural (necessidade de investimento em instrutores, infraestrutura dos lugares e conscientização da população)
Outros apontamentos	<ul style="list-style-type: none">– Revisão e expansão da área urbana principalmente no final da Avenida Teófilo Beppler– Ausência de fiscalização do poder público quanto ao crescimento desordenado (parcelamento do solo e ocupações irregulares)– Macrozona do Bairro Vila Nova perdeu sua característica rural; moradores solicitam/ necessitam de uma revisão de característica de uso social– Criar uma área industrial com áreas mistas– Criação de um posto de correio

Nota-se que um dos principais pontos citados por quase todos os entrevistados na realização da leitura comunitária é a ausência e necessidade de uma rede de esgoto, ruas sem pavimentação ou com pavimentação precária (ocasionando também na falta de drenagem do município), ausência de fiscalização do poder público quanto ao crescimento desordenado (parcelamento do solo e ocupações irregulares) e dificuldade da população para acessar os bairros pela BR, que requisitam novas vias de acesso e melhoria na sinalização.

3 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 1ª FASE

3.1. REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO

DATA: 03/09/2019

LOCAL: Auditório da Prefeitura

Figura 27 – Lista de presença da 1ª Reunião Técnica de Capacitação.

NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
ROBERTO R. PEREIRA	(41) 99631 6699	ROBERTO@LIDERENGENHARIA ENG. BR	[Signature]
TONI ZOCHEM	46 92464 6512	adm@engenharia zocchem.com.br	[Signature]
AUTOR HILLESHEIN	49 99846 5089	TRIBUTOS@MUNICIPA LID. ÁG. MORNAS SC. GOV. BR	[Signature]
OSWALDO S. T. CARVALHO	9 8415 - 3648	OSWALDO@MUNICIPA LID. ÁG. MORNAS SC. GOV. BR	[Signature]
JUAREZ A. FERREIRA	49 991484811	AGRA@CULTURA@MUN LID. ÁG. MORNAS SC. GOV. BR	[Signature]

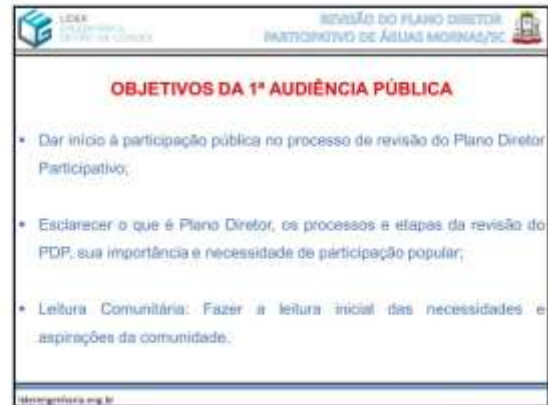
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 28 – Foto da 1ª Reunião Técnica de Capacitação.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 29 – Cópia dos Slides utilizados na 1ª Reunião Técnica.



LEIA
O Estatuto da Cidade
Município de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

OBRIGATORIEDADE

CONFORME O ESTATUTO DA CIDADE, A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR É OBRIGATORIA A MUNICÍPIOS:

- Com mais de 20.000 habitantes;
- De regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- De áreas de interesse turístico;
- Insentidos em área de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional ou nacional.

www.prefeitura.org.br

LEIA
O Estatuto da Cidade
Município de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

POR QUE ELABORAR/REVISAR UM PLANO DIRETOR?

- Construir uma cidade melhor para todos;
- Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
- Captar recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Compatibilizar a ocupação humana com o ambiente natural;
- Delimitar para preservar as áreas verdes e corpos d'água;
- Definir ações para áreas com ocupações irregulares;
- Fazer o planejamento territorial para os próximos 10 anos;
- Definir potencialidades econômicas do Município;
- Definir áreas com potencial turístico.

E assim, superar os problemas existentes.

www.prefeitura.org.br

LEIA
O Estatuto da Cidade
Município de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

RISCOS DE NÃO PLANEJAR:

- Paralisação do desenvolvimento da cidade;
- Estagnação econômica;
- Aparecimento de ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental;
- Degradação dos recursos naturais;
- Risco de enchentes, deslizamentos e erosões;
- Prejuízo sobre atividades agrícolas próximas das cidades;
- Sobrecarga das sistemas de infraestrutura urbana;
- Desperdício de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos;
- Mal aproveitamento dos recursos do Município;
- Crescimento desorganizado da cidade.



www.prefeitura.org.br

LEIA
O Estatuto da Cidade
Município de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

O QUE GARANTE UM BOM PLANEJAMENTO?

Para garantir que o planejamento seja feito de acordo com as necessidades do Município foi aprovada uma Lei Federal que é:

O ESTATUTO DA CIDADE - Lei Federal nº 10.257/2001

Lei Federal que regulamentou e desenvolveu o capítulo Da Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183), estabelecendo como deve ser elaborada a **POLÍTICA URBANA** em todo o país.

OBJETIVOS do ESTATUTO DA CIDADE

- Possibilitar o **CRESCIMENTO ORDENADO** das cidades;
- Proteger o **MEIO AMBIENTE**;
- Garantir os **DIREITOS URBANOS FUNDAMENTAIS** (moradia digna, transporte, serviços urbanos, infraestrutura e saneamento básico, mobilidade urbana, desenvolvimento sustentável etc.);
- Garantir que o planejamento seja feito de acordo com as reais necessidades do Município e com a participação da população.

www.prefeitura.org.br

LEIA
O Estatuto da Cidade
Município de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

O QUE GARANTE UM BOM PLANEJAMENTO?

O ESTATUTO DA CIDADE ESTABELECE que a **PROPRIEDADE** precisa **CUMPRIR UMA FUNÇÃO SOCIAL**, ou seja, a terra deve servir para o benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seu proprietário.

Para isso, o Estatuto estabelece um conjunto de regras – **INSTRUMENTOS** - com o objetivo de organizar o território do Município e que devem ser aplicadas de acordo com a realidade local.

O Estatuto da Cidade estabelece que os Planos Diretores devem ser **PARTICIPATIVOS**.

www.prefeitura.org.br

LEIA
O Estatuto da Cidade
Município de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

O QUE GARANTE UM BOM PLANEJAMENTO?

O **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**, como um dos mais importantes **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL**, deve ser resultado de um...

PROCESSO PARTICIPATIVO

Pois, irá orientar a administração de sua cidade!



www.prefeitura.org.br

LEI Nº 001/2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO SÓ VALE SE A POPULAÇÃO PARTICIPAR!

O Estatuto da Cidade obriga a Prefeitura e a Câmara Municipal a dar espaço para que todos participem das decisões sobre a cidade. O Plano Diretor Participativo só tem valor quando é feito e colocado em prática com a participação de toda a sociedade.

O PDP precisa ser bem divulgado e estar disponível para que todos o consultem. Só assim as pessoas poderão fiscalizar se a Prefeitura está cumprindo o que foi decidido junto com a população.



www.gerfeta.org.br

LEI Nº 001/2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES - EQUIPES DE TRABALHO

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

FORNECER dados, ACOMPANHAR e ANALISAR os estudos e REALIZAR A MOBILIZAÇÃO SOCIAL, a pertinência e a viabilidade das proposições apresentadas pela consultoria contratada, nas diversas fases do processo de Revisão do PDM Participativo.

EMPRESA CONTRATADA

COORDENAR, DESENVOLVER e APOIAR TÉCNICAMENTE o processo de Revisão do PDM, DEFINIR a METODOLOGIA de trabalho; e CAPACITAR a Equipe de Coordenação Municipal do PDM.

www.gerfeta.org.br

LEI Nº 001/2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES - EQUIPES DE TRABALHO

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO – CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Formada por representantes da Sociedade Civil Organizada e Técnicos da Prefeitura, o Conselho funcionará como um INTERLOCUTOR entre a INICIATIVA POPULAR e o GOVERNO MUNICIPAL e ACOMPANHARÁ A APLICAÇÃO DO PDP, podendo propor alterações no mesmo, diante de mudanças na realidade local, assim como AUXILIAR NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

VEREADORES

O ESTATUTO DA CIDADE exige que o PDP seja uma LEI, que deve ser discutida com toda a sociedade em audiências públicas e aprovada pela Câmara Municipal. Os VEREADORES devem DISCUTIR e APROVAR o PDP!

É fundamental que os VEREADORES se envolvam em todo o processo de revisão do PDP, para se familiarizar com o assunto, pois serão eles quem IRÃO DISCUTIR, ALTERÁ-LO e APROVÁ-LO!

Os vereadores devem se basear no PDP para APROVAR OS ORÇAMENTOS ANUAIS, na GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS e nas decisões sobre as OBRAS que serão REALIZADAS no seu Município.

www.gerfeta.org.br

LEI Nº 001/2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

FASES DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR



- Etapa I - Leitura da realidade municipal



- Etapa II - Diagnóstico do Plano Diretor Participativo Vigente



- Etapa III - Versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Águas Mornas revisado



- Etapa IV - Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo de Águas Mornas revisado



- Etapa V - Relatórios de cada etapa do Processo e da Exposição de Motivos

www.gerfeta.org.br

LEI Nº 001/2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

- Etapa I - Leitura da realidade municipal**

Consiste na combinação da leitura técnica com a leitura comunitária e setorial, que deverá fundamentar a revisão do Plano Diretor Participativo de Águas Mornas. A leitura técnica consiste no conjunto de informações técnicas e legais, estruturadas na forma de condicionantes, tendências e potenciais, por meio da análise de informações sobre o Município e região, da legislação vigente aplicável e de referências em potencial, bem como da elaboração de estudos, mapas, gráficos, diagramas e tabelas. A leitura comunitária e setorial consiste na percepção da sociedade sobre o Município, estruturada na forma de questões prioritárias, por meio do levantamento de informações junto à população, movimentos e entidades dos vários setores da sociedade civil.

- Etapa II - Diagnóstico do Plano Diretor Participativo Vigente**

Consiste na análise técnica da Lei Complementar nº. 006/2008 e alterações, com o objetivo de identificar conteúdos a serem revisados, bem como indicar propostas. No referido Diagnóstico, deverão ser considerados, especialmente, a atualização das legislações estadual e federal relacionadas e a pertinência do Plano Diretor vigente com a leitura da realidade municipal.

www.gerfeta.org.br

LEI Nº 001/2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

- Etapa III - Versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Águas Mornas revisado**

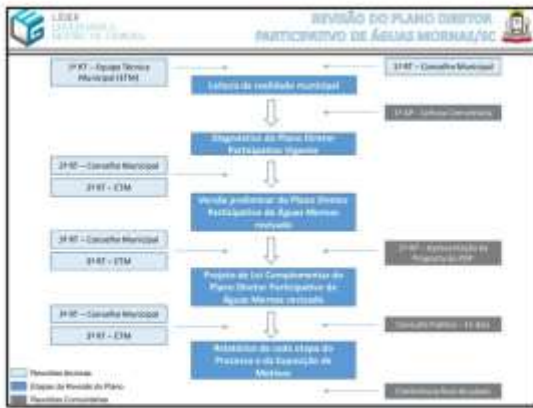
Consiste em minuta de projeto de lei com as alterações propostas, acompanhada de seus anexos, que serão disponibilizados à consulta pública da sociedade.

- Etapa IV - Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo de Águas Mornas revisado**

Consiste na versão final consolidada após a conferência final com o Conselho de Desenvolvimento Integrado de Águas Mornas.

- Etapa V - Relatórios de cada etapa do Processo e da Exposição de Motivos**

www.gerfeta.org.br



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Temas Discutidos de Macrozoneamento

Macrozona	Objetivos / Características	Objetivos
Macrozona Rural	1. Promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.	1. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona Urbana	2. Organizar o crescimento urbano planejado, visando a melhoria da qualidade de vida da população, a preservação do meio ambiente e a paisagem natural.	2. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades urbanas, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona Área Verde	3. Promover a preservação e o uso sustentável das áreas verdes, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.	3. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades em áreas verdes, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona do Parque Estadual do Serra do Itapetininga	4. Promover a preservação e o uso sustentável do Parque Estadual do Serra do Itapetininga, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.	4. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades no Parque Estadual do Serra do Itapetininga, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Temas Discutidos de Macrozoneamento

Macrozona	Objetivos / Características	Objetivos
Macrozona Rural	1. Promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.	1. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona Urbana	2. Organizar o crescimento urbano planejado, visando a melhoria da qualidade de vida da população, a preservação do meio ambiente e a paisagem natural.	2. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades urbanas, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona Área Verde	3. Promover a preservação e o uso sustentável das áreas verdes, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.	3. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades em áreas verdes, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona do Parque Estadual do Serra do Itapetininga	4. Promover a preservação e o uso sustentável do Parque Estadual do Serra do Itapetininga, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.	4. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades no Parque Estadual do Serra do Itapetininga, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Temas Discutidos de Macrozoneamento

Macrozona	Objetivos / Características	Objetivos
Macrozona Rural	1. Promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.	1. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona Urbana	2. Organizar o crescimento urbano planejado, visando a melhoria da qualidade de vida da população, a preservação do meio ambiente e a paisagem natural.	2. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades urbanas, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona Área Verde	3. Promover a preservação e o uso sustentável das áreas verdes, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.	3. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades em áreas verdes, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.
Macrozona do Parque Estadual do Serra do Itapetininga	4. Promover a preservação e o uso sustentável do Parque Estadual do Serra do Itapetininga, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.	4. Promover a sustentabilidade econômica e social das comunidades no Parque Estadual do Serra do Itapetininga, preservando o meio ambiente e a paisagem natural.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo para a Macrozona Urbana e Áreas Especiais de Interesse

Zona Especial	Tipo de Uso	Índice máximo de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima
		Residencial	Comercial	Industrial	
Zona Urbana Central	Residencial	0,5	1,0	0,5	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona de Expansão Urbana	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona de Expansão Urbana	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona de Expansão Urbana	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona de Uso Especial (ZUE)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30

l@lengenharia.org.br

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Tabela de Parâmetros Urbanísticos para a Ocupação do Solo para a Macrozona Urbana e Áreas Especiais de Interesse

Zona Especial	Tipo de Uso	Índice máximo de aproveitamento	Índice máximo de aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima
			Residencial	Comercial	Industrial	
Zona Urbana Central	Residencial	0,5	1,0	0,5	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona de Expansão Urbana	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona de Expansão Urbana	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona de Expansão Urbana	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona de Uso Especial (ZUE)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Residencial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00
	Comercial	0,5	1,0	1,0	30,00	30,00

l@lengenharia.org.br

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Obrigado pela atenção e até o próximo encontro.

LÍDER ENGENHARIA & GESTÃO DE CIDADES

(16) 3325-5590

www.l@lengenharia.org.br
 contato@l@lengenharia.org.br


l@lengenharia.org.br

3.2. 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA (LEITURA COMUNITÁRIA)


DATA: 16/10/2019

LOCAL: Câmara dos Vereadores

Figura 30 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 Prefeitura Municipal de Águas Mornas/SC
 LISTA DE PRESENÇA




EVENTO: 1ª Audiência Pública

LOCAL: Câmara de Vereadores DATA: 16/10/19


NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Carlos Augusto Zúñiga	984190580	carlosz@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Israel Kubron	991615361	israel@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Angela E. Alves	999467854	angela842@gmail.com	<i>[Signature]</i>
Brendine Russoni	991298738	---	<i>[Signature]</i>
Gabriel Flores de Souza	996902794	gabriel@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Walteria Maria Slen	999467768	Walteria@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Francisco Ottonio Hinkel	996453007	---	<i>[Signature]</i>
AUTOR HILKESHEIM	984685084	---	<i>[Signature]</i>
Toni Jochem	996626522	toni@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Maria Moura	984145910	---	<i>[Signature]</i>
Daniel Ferreira Furtado	999303656	daniel@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Jackson P. Magalhães	988557133	jacksonmagalhães@gmail.com	<i>[Signature]</i>

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 31 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 Prefeitura Municipal de Águas Mornas/SC
 LISTA DE PRESENÇA




EVENTO: 1ª Audiência Pública

LOCAL: Câmara de Vereadores DATA: 16/10/19


NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Nailly Walid	(48) 991379389	nailly932@gmail.com	<i>[Signature]</i>
Sichnes Pellegrin	984337875	pellegrin@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Arneti Veloso	999415618	arneti@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Jair Hilksheim	999456029	compartilhados@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Roni Kumbrom	991615352	RONIKUM@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Jonas Antonimel	991358315	---	<i>[Signature]</i>
Gianna Suelen	996695701	gianna@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Edson Pedro Medeiros	996609797	edson@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
Regina Martins Garcia	4898553136	martinsregina@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
WILMAR A. JORGE	(48) 991111950	wilmar@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>
VALDIR ANTONIO MARTINS	998313306	---	<i>[Signature]</i>
Mrs. José MEURER	996047055	osaj10meurer@liderengenharia.com.br	<i>[Signature]</i>

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 32 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 Prefeitura Municipal de Águas Mornas/SC
 LISTA DE PRESENÇA




EVENTO: 1ª Audiência Pública

LOCAL: Câmara de Vereadores DATA: 16/10/19


NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Robinson K. Dimon	991341860		<i>Robinson</i>
Dorvalda Schmitz	48-993139903	dorvalschmitz@gmail.com	<i>Dorvalda</i>
Luizine Hilkeim Rossuelo	99129-9140	luizinehilkeimrossuelo@gmail.com	<i>Luizine</i>
Eric Jochen	32459104		
MARCELO FURTUNATO	048-999072315		
Bláudio Roberto da Silva	48-32456514	bilasheimerhaad@gmail.com	<i>Bláudio</i>
Denise R. da Silva	48-988254843	denisehilkeim@gmail.com	<i>Denise</i>
Marcos Vinícius Augusto	48-989255862	marcos.vinicius@gmail.com	<i>Marcos</i>
Ozeias Augusto	990767792	OARCEIAS@gmail.com	<i>Ozeias</i>
Maicon Thiesen	999491813		
Galder José Jochen	984042358		
Paulo Cesar Jochen	999025765	carlosjochen@gmail.com	<i>Paulo</i>

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 33 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 Prefeitura Municipal de Águas Mornas/SC
 LISTA DE PRESENÇA



EVENTO: 1ª Audiência Pública

LOCAL: Câmara de Vereadores DATA: 16/10/19

NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
ALEX FABIAN CANEL	(48) 984023106	ALEXCANEL@MPAESTADUALSC.GOV.BR	<i>Alex</i>
CARLOS SUTUAGO CARVALHO	(48) 98475-3043	PLANEJAMENTO@AGUASMORNAS.SC.GOV.BR	<i>Carlos</i>
GEORGE WILLIAMS C. NEPETA	(48) 988094424	GEORGE@COMAR@BB.COM.BR	<i>George</i>
JUANIZ A. KUBACK	1487991484814	agricultura@aguasmornas.sc.gov.br	<i>Juaniz</i>
Luiz Roberto Nival	32457252	luizroberto@gmail.com	<i>Luiz</i>
Luiz Roberto Nival	32459089		<i>Luiz</i>
Francisco de Assis	990436412		<i>Francisco</i>
Francisco Trun	048 999824983		<i>Francisco</i>
Fidelina de Almeida	148 98 902 9024		<i>Fidelina</i>
Sandro Sans	984346660		<i>Sandro</i>
Monete Szaboch	991693382	stszaboch@gmail.com	<i>Monete</i>
Diana Jovial dos Santos	996094887		<i>Diana</i>

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 34 – Lista de presença da 1ª Audiência Pública.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
 Prefeitura Municipal de Águas Mornas/SC
 LISTA DE PRESENÇA

EVENTO: 1ª Audiência Pública

LOCAL: Câmara de Vereadores DATA: 18/10/19

NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
NATALICIO	931655788		
Edson C. Garcia	(51) 991416669	edsonc12@gmail.com, @lida@mail.com	
Pablo Garcia de Souza	996954777		
Julliana Schmidt	99969-5150	juschmidt25@gmail.com	
Caroline A. Steinbach	779648984		
Josy Roberto Jaclyn	9977-9122		
Vagner N. Korbler	9930-5767	contato@vll.org.br	
Arnonio A. Smith	0,9137-0214		
Fredelazio Subalenteiro	9 89134302		
Daniel Scheidt	48139638503	daniel.scheidt2015@gmail.com	
Vanderlei José Scheidt	999 4555 81	vanderleischeidt@hotmail.com	
P. Adami Simões	991341860		

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 35 – Foto da 1ª Audiência Pública.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 36 – Foto da 1ª Audiência Pública.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 37 – Foto da 1ª Audiência Pública.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 38 – Foto da 1ª Audiência Pública.



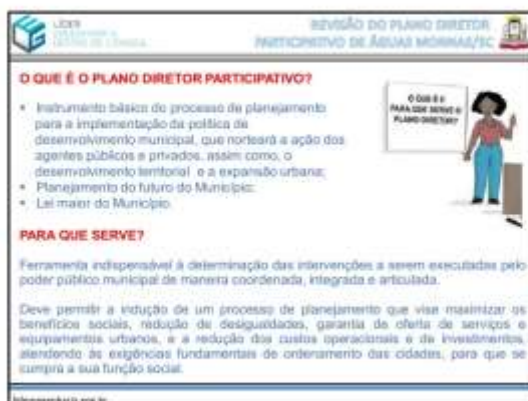
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 39 – Foto da 1ª Audiência Pública.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 40 – Cópia dos Slides utilizados na apresentação da 1ª Audiência Pública.



LEIA
O Estatuto da
Cidade de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

OBRIGATORIEDADE

CONFORME O ESTATUTO DA CIDADE, A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR É OBRIGATORIA À MUNICÍPIOS:

- Com mais de 20.000 habitantes;
- De regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- De áreas de interesse turístico;
- Inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional ou nacional.

Idemgestoria.org.br

LEIA
O Estatuto da
Cidade de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

POR QUE ELABORAR/REVISAR UM PLANO DIRETOR?

- Construir uma cidade melhor para todos;
- Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
- Captar recursos para o Município;
- Garantir o uso democrático e sustentável dos recursos;
- Compatibilizar a ocupação humana com o ambiente natural;
- Delimitar para preservar as áreas verdes e corpos d'água;
- Definir ações para áreas com ocupações irregulares;
- Fazer o planejamento territorial para os próximos 10 anos;
- Definir potencialidades econômicas do Município;
- Definir áreas com potencial turístico.

E assim, superar os problemas existentes.

Idemgestoria.org.br

LEIA
O Estatuto da
Cidade de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

RISCOS DE NÃO PLANEJAR:

- Paralisação do desenvolvimento da cidade;
- Estagnação econômica;
- Aparcimento de ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental;
- Depredação dos recursos naturais;
- Risco de enchentes, deslizamentos e erosões;
- Pressão sobre atividades agrícolas próximas das cidades;
- Sobrecarga dos sistemas de infraestrutura urbana;
- Desperdício de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos;
- Mal aproveitamento dos recursos do Município;
- Crescimento desorganizado da cidade.



Idemgestoria.org.br

LEIA
O Estatuto da
Cidade de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

O QUE GARANTE UM BOM PLANEJAMENTO?

Para garantir que o planejamento seja feito de acordo com as necessidades do Município foi aprovada uma Lei Federal que é:

O ESTATUTO DA CIDADE - Lei Federal nº 10.257/2001

Lei Federal que regulamentou e desenvolveu o capítulo Da Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183), estabelecendo como deve ser elaborada a **POLÍTICA URBANA** em todo o país.

OBJETIVOS do ESTATUTO DA CIDADE

- Possibilitar o **CRESCIMENTO ORDENADO** das cidades;
- Proteger o **MESO AMBIENTE**;
- Garantir os **DIREITOS URBANOS FUNDAMENTAIS** (moradia digna, transporte, serviços urbanos, infraestrutura e saneamento básico, mobilidade urbana, desenvolvimento sustentável etc.);
- Garantir que o planejamento seja feito de acordo com as reais necessidades do Município e com a participação da população.

Idemgestoria.org.br

LEIA
O Estatuto da
Cidade de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

O QUE GARANTE UM BOM PLANEJAMENTO?

O ESTATUTO DA CIDADE ESTABELECE que a **PROPRIEDADE** precisa **CUMPRIR UMA FUNÇÃO SOCIAL**, ou seja, a terra deve servir para o benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seu proprietário.

Para isso, o Estatuto estabelece um conjunto de regras – **INSTRUMENTOS** – com o objetivo de organizar o território do Município e que devem ser aplicados de acordo com a realidade local.

O Estatuto da Cidade estabelece que os Planos Diretores devem ser **PARTICIPATIVOS**.

Idemgestoria.org.br

LEIA
O Estatuto da
Cidade de Águas Mornas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

O QUE GARANTE UM BOM PLANEJAMENTO?

O **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**, como um dos mais importantes **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL**, deve ser resultado de um...

PROCESSO PARTICIPATIVO

Pois, irá orientar a administração de sua cidade!



Idemgestoria.org.br

LEI Nº 1.000
DE 12 DE ABRIL DE 2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO SÓ VALE SE A POPULAÇÃO PARTICIPAR!

O Estatuto da Cidade obriga a Prefeitura e a Câmara Municipal a dar espaço para que todos participem das decisões sobre a cidade. O Plano Diretor Participativo só tem valor quando é feito e colocado em prática com a participação de toda a sociedade.

O PDP precisa ser bem divulgado e estar disponível para que todos o consultem. Só assim as pessoas poderão fiscalizar se a Prefeitura está cumprindo o que foi decidido junto com a população.



Intergraph/ta.ing.br

LEI Nº 1.000
DE 12 DE ABRIL DE 2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES - EQUIPES DE TRABALHO

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

FORNECER dados, ACOMPANHAR e ANALISAR os estudos e REALIZAR A MOBILIZAÇÃO SOCIAL, a pertinência e a viabilidade das proposições apresentadas pela consultoria contratada, nas diversas fases do processo de Revisão do PDM Participativo.

EMPRESA CONTRATADA

COORDENAR, DESENVOLVER e APOIAR TÉCNICAMENTE o processo de Revisão do PDM; DEFINIR a METODOLOGIA de trabalho; e CAPACITAR a Equipe de Coordenação Municipal do PDM.

Intergraph/ta.ing.br

LEI Nº 1.000
DE 12 DE ABRIL DE 2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES - EQUIPES DE TRABALHO

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO – CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Formada por representantes da Sociedade Civil Organizável e Técnicos da Prefeitura, o Conselho funcionará como um INTERLOCUTOR entre a INICIATIVA POPULAR e o GOVERNO MUNICIPAL e ACOMPANHARÁ A APLICAÇÃO DO PDP, podendo propor alterações no mesmo, diante de mudanças na realidade local, assim como AUXILIAR NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

VEREADORES

O ESTATUTO DA CIDADE exige que o PDP seja uma LEI, que deve ser discutida com toda a sociedade em audiências públicas e aprovada pela Câmara Municipal. Os VEREADORES devem DISCUTIR e APROVAR o PDP.

É fundamental que os VEREADORES se envolvam em todo o processo de revisão do PDP, para se familiarizar com o assunto, pois serão eles quem IRÃO DISCUTI-LO, ALTERÁ-LO e APROVÁ-LO!

Os vereadores devem se basear no PDP para APROVAR OS ORÇAMENTOS ANUAIS, na GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, e nas decisões sobre as OBRAS que serão REALIZADAS no seu Município.

Intergraph/ta.ing.br

LEI Nº 1.000
DE 12 DE ABRIL DE 2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

FASES DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- Etapa I - Preparação do processo de planejamento participativo
- Etapa II - Leitura da Realidade Municipal e Avaliação do Plano Diretor Participativo vigente
- Etapa III - Formulação de propostas para revisão do Plano Diretor Participativo
- Etapa IV - Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo Revisado e Consulta Pública
- Etapa V - Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo Revisado

Intergraph/ta.ing.br

LEI Nº 1.000
DE 12 DE ABRIL DE 2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

- Etapa I - Preparação do processo de planejamento participativo

A Etapa 1 é composta pelas providências iniciais de preparação do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Águas Mornas, especialmente a sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que atuam no território do Município.

- Etapa II - Leitura da Realidade Municipal e Avaliação do Plano Diretor Participativo vigente

A Etapa 2 é composta pelo desenvolvimento dos produtos que irão orientar o trabalho dos Mornas e da participação social na revisão da Lei Complementar 06/2008 e anexos que compõem o Plano Diretor Participativo: Leitura Técnica, Leitura Comunitária e Setorial, Leitura da Realidade Municipal.

- Etapa III - Formulação de propostas para revisão do Plano Diretor Participativo

A Etapa 3 é composta pela formulação de propostas para revisão do Plano Diretor Participativo, especialmente, através da realização das Oficinas de Planejamento Estratégico Participativo (OPEP), que têm como objetivo subsidiar a elaboração de propostas para a revisão do Plano Diretor Participativo.

Intergraph/ta.ing.br

LEI Nº 1.000
DE 12 DE ABRIL DE 2008
MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

- Etapa IV - Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo Revisado e Consulta Pública

A Etapa 4 é composta pela elaboração da versão preliminar do PDP-AM revisado e pela Consulta Pública.

- Etapa V - Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo Revisado

A Etapa 5 é composta pela consolidação da versão final do Projeto de Lei Complementar do PDP-AM revisado e do Memorial do Processo.

Intergraph/ta.ing.br



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ÁGUAS MORNAS/SC

Obrigado pela atenção e até o próximo encontro.

LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

(16) 3325-5500

www.liderengenharia.org.br
contato@liderengenharia.org.br

liderengenharia.org.br



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. Cidades | Santa Catarina | Águas Mornas | Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/aguas-mornas/panorama>> Acesso em: outubro, 2019.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Perfil - Águas Mornas, SC. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/aguas-mornas_sc> Acesso em: outubro, 2019.

Governo de Santa Catarina. Águas Mornas. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/aguas-mornas>> Acesso em: outubro, 2019.

SNIS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Disponível em: <<http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/#.>> Acesso em: outubro, 2019.

CLIMATE-DATA.ORG. Clima Águas Mornas. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/santa-catarina/aguas-mornas-313373/>> Acesso em: outubro, 2019.

Prefeitura Municipal de Águas Mornas. Disponível em: <<http://www.aguasmornas.sc.gov.br/index.htm/>> Acesso em: outubro, 2019.

GuiaMais. Bairros da cidade de Águas Mornas. Disponível em: <<https://www.guiamais.com.br/bairros/aguas-mornas-sc>> Acesso em: outubro, 2019.

Cidade-Brasil. Município de Águas Mornas. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-aguas-mornas.html>> Acesso em: outubro, 2019.

MBI. Inovação Pioneira no Mundo da Tecnologia da Informação e das Comunicações. Brasão e Bandeira do Município de Águas Mornas/SC. Disponível em: <<https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/municipio-aguas-mornas-sc-br/>> Acesso em: outubro, 2019.

Turismo Santa Catarina. Águas Mornas. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/cidade/aguas-mornas/>> Acesso em: outubro, 2019.

Guia do Turismo Brasil. Águas Mornas – SC. Disponível em: <<https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/SC/861/aguas-mornas/>> Acesso em: outubro, 2019.



Vivendo Floripa. Águas Mornas. Disponível em:
<<http://www.vivendofloripa.com.br/site/grande-florianopolis/aguas-mornas>> Acesso em: outubro, 2019.

Leis Municipais. Águas Mornas. Disponível em:
<<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4491/leis-de-aguas-mornas/categorias/urbanistica>> Acesso em: outubro, 2019.